



1 **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO LICENCIAMENTO**
2 **AMBIENTAL DA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA (PCH) FOZ DA SAIJU,**
3 **DA EMPRESA SIGMA ENERGIA S.A., REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE**
4 **2014, NO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ/MS.**

5 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às 19 horas, no Salão de Eventos
6 do Parque de Exposições do município de Caarapó/MS, foi realizada a Audiência Pública
7 referente ao licenciamento ambiental da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Foz do Saiju, da
8 empresa Sigma Energia S.A. A Audiência Pública teve início com a palavra do mestre de
9 cerimônia, Senhor Josiel Quintino dos Santos que, em nome do Secretário de Estado de Meio
10 Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC e do Instituto de Meio
11 Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL, tinha a honra de receber a todos
12 para a Audiência Pública de apresentação do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA,
13 referente ao Licenciamento Ambiental da Pequena Central Hidrelétrica (PCH): PCH Foz do
14 Saiju da empresa SIGMA ENERGIA S.A. Explicou que a audiência é composta por dois
15 blocos: no primeiro, serão feitas as apresentações do empreendimento e do Relatório de
16 Impacto Ambiental/RIMA e, após um breve intervalo, o segundo bloco com os debates.
17 Continuando, para presidir a mesa diretora da Audiência Pública convidou o Senhor Pedro
18 Mendes Neto – Assessor Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do Instituto de Meio
19 Ambiente do Mato Grosso do Sul/ IMASUL, no ato representando o Secretário de Estado de
20 Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, Senhor Carlos Alberto Negreiros
21 Said Menezes. Para compor a mesa diretora, convidou as seguintes autoridades: Prefeito
22 Municipal de Caarapó, Senhor Mário Valério; Presidente da Câmara Municipal de Caarapó,
23 Senhor Manoel Batista de Souza; Senhor Antônio Augusto Torres de Bastos Filho, Presidente
24 da Omega Energia Renováveis S.A.; o Senhor José Milton Longo, Diretor Técnico da
25 Fibracon – Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais, empresa responsável pelos estudos
26 ambientais; Senhor Antônio Humberto Marques, Presidente do Sindicato Rural de Caarapó.
27 Formada a mesa, convidou a todos para ouvirem o Hino Nacional Brasileiro. Após, o mestre
28 de cerimônia registrou e agradeceu as presenças das seguintes autoridades que se fizeram
29 anunciar no cerimonial: Vice-Prefeita de Caarapó, Senhora Marinalva Farias; Senhor Arthur
30 Dias Junior, Promotor de Justiça da Comarca de Caarapó; Senhor José Carlos Chaves dos
31 Santos, Diretor Técnico da Fibracon; Senhor Ivandro Barros, chefe do Departamento de
32 Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Caarapó; Senhorita Karen Cardoso, Engenheira
33 de Desenvolvimento da Omega Energias Renováveis S.A. Vereadores da Câmara Municipal
34 de Caarapó: Manuelito de Oliveira; Dário Ramires; Roberto Sanches Nakayama; Luiz
35 Almeida Miranda; Vereador Macarrão; André Luiz Nezzi; Aparecido dos Santos. Senhor José
36 Rodrigues dos Santos, Presidente do Conselho de Meio Ambiente de Caarapó; Senhora Ieda
37 Maria Maran, Secretária Municipal de Educação e Esportes de Caarapó. Feito este registro,
38 Senhor Quintino convidou o Senhor Pedro Mendes Neto, presidente da mesa diretora da
39 Audiência Pública para as palavras de abertura e apresentação de suas normas. Inicialmente,
40 Senhor Pedro cumprimentou todos os presentes e, em nome do Secretário de Estado do Meio



41 Ambiente, Planejamento, Ciência e Tecnologia, Carlos Alberto Negreiros Said Menezes,
42 declarou aberta a Audiência Pública, que visa apresentar a empresa Omega e os relatórios
43 ambientais da Pequena Central Hidrelétrica PCH Foz do Saiju. Explicou que a Audiência
44 Pública é um instrumento do Licenciamento Ambiental, no caso das Pequenas Centrais
45 Hidrelétricas, existindo uma Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente/CONAMA,
46 que permite o licenciamento de maneira mais célere, através de um Relatório Ambiental
47 Simplificado, para aquele grupo de empreendimentos denominados PCHs. No entanto,
48 continuou, o governo do estado optou por, nas suas rotinas de licenciamento, enquadrar as
49 PCHs que tivessem poder de geração acima de 10 megas, passassem também pelo
50 procedimento mais moroso, mais cuidadoso do licenciamento ambiental, através da
51 elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental, que serão
52 apresentados na presente audiência. Informou que, nessa condição, se enquadrou o projeto da
53 PCH Foz do Saiju. Então, continuou, o estado ofereceu um Termo de Referência, à equipe de
54 trabalho contratada pelo empreendedor, a qual desenvolveu os estudos ambientais,
55 juntamente com a documentação exigida para abertura do processo de licenciamento, tudo
56 sendo protocolado junto ao IMASUL e os documentos gerados na presente audiência, ou
57 seja, ata, relação dos participantes, fichas de perguntas, farão parte do licenciamento
58 ambiental da PCH Foz do Saiju. Senhor Pedro esclareceu que podem ser solicitadas
59 complementações aos estudos ambientais, o que pode acontecer com o empreendimento em
60 questão. Senhor Pedro informou que a Audiência Pública, de uma forma geral, no Estado de
61 Mato Grosso do Sul, não é deliberativa, não conclui a favor ou contra; simplesmente traz
62 opiniões, críticas e sugestões para compor o processo do licenciamento. Explicou que, por
63 solicitação do Secretário, informaria outro aspecto importante é que, normalmente, os
64 empreendimentos do setor hidrelétrico, têm um procedimento especial em relação a origem do
65 projeto, que normalmente tem origem em aproveitamentos energéticos que foram levantados
66 pela empresa de pesquisa energética do governo federal, ligada, ligada à ANEEL. Os
67 aproveitamentos hidroenergéticos, continuou, são colocados em leilão e as empresas que têm
68 interesse em desenvolver os projetos se candidatam, fazem suas ofertas e, uma vez pontuadas
69 e indicadas para executar o projeto, iniciam o processo do licenciamento ambiental e a partir
70 daí, são raras as oportunidades que uma empresa tem de localizar um local com um inventário
71 hidroenergético ainda não realizado e propor que esse local seja utilizado para um
72 aproveitamento hidrelétrico. Continuando, explicou que, nesses casos, a empresa pode até
73 fazer os estudos por si, propor que aquele local seja utilizado, e, uma vez aceito pela ANEEL,
74 Agência Nacional de Energia Elétrica, o local vai para leilão, com preferência para quem fez
75 os estudos. De qualquer forma, continuou, não é garantia de que, tendo feito o estudo, fique
76 com ela o aproveitamento. Feitas estas considerações, Senhor Pedro informou que faria a
77 leitura da Resolução que norteia as Audiências Públicas no estado de Mato Grosso do Sul
78 mas, neste momento, houve uma manifestação pública inaudível, fora do microfone e, por
79 isso não foi gravada e não consta na presente ata. Após a referida manifestação, Senhor Pedro
80 iniciou a leitura da Resolução nº. 4 de 89 que disciplina a realização das Audiências Públicas
81 no processo do Licenciamento de atividades potencialmente poluidoras: “As atividades ou



82 empreendimentos que no processo do licenciamento estiverem sujeitas à apresentação de
83 Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, poderão ser
84 submetidas à realização de Audiências Públicas. A Audiência tem como objetivo divulgar
85 informações, recolher opiniões, críticas e sugestões de segmentos da população interessada na
86 implantação de determinados empreendimentos utilizadores de recursos ambientais ou
87 modificadores do meio ambiente, com o fim de subsidiar a decisão quanto ao seu
88 licenciamento. Além do mediador e secretário da mesa comporão a mesa de trabalhos os
89 representantes do empreendedor, equipe multidisciplinar que elaborou o Relatório de Impacto
90 Ambiental e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, podendo ser convidados a integrar a
91 mesa de trabalhos as autoridades municipais da área de influência do empreendimento. A
92 função do mediador será exercida pelo Secretário de Estado ou seu representante. Os
93 presentes deverão assinar livro de presença antes do início da Audiência. Iniciada a Audiência
94 o mediador exporá as regras segundo as quais esta se processará, passando a palavra ao
95 representante do empreendedor para sucinta apresentação do projeto pelo período de 20 min.,
96 seguindo-se a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental pelo período de 30 min. Será
97 distribuído aos presentes folheto explicativo dos procedimentos da Audiência, listando os
98 principais impactos ambientais do projeto em análise, e as medidas mitigadoras preconizadas.
99 Será igualmente concedido período de 20 min. para manifestações de representante do órgão
100 do Poder Público Estadual ou Municipal, ou entidade privada ambientalista responsável pela
101 convocação da Audiência. Terminadas as apresentações, o mediador anunciará o intervalo
102 onde possibilitará ao secretário da mesa acolher as perguntas para participação do debate. Os
103 participantes poderão formular questões à mesa, através do preenchimento de formulário
104 próprio, com devida identificação, clareza e objetividade. O tempo destinado aos debates será
105 igual à soma dos tempos fixados anteriormente coordenado pelo mediador, que deverá levar
106 em conta o número de perguntas inscritas, a duração da sessão e o tempo necessário ao
107 esclarecimento das questões levantadas, cabendo-lhe o direito de prorrogar a sessão por mais
108 uma hora ou convocar segunda e única sessão em nova data, no prazo de uma semana.
109 Encerrada a reunião, será providenciada a lavratura da ata que ficará à disposição dos
110 interessados no Departamento de Licenciamento da Secretaria. Feitos os destaques da
111 Resolução que orienta o modo da realização da Audiência, Terminada a leitura da Resolução,
112 Senhor Pedro informou que explicaria a mecânica que se utiliza nos debates das Audiências
113 Públicas no Estado de Mato Grosso do Sul. Antes, porém, informou que a audiência é parte
114 do instrumento de licenciamento como já havia sido dito, anteriormente e os tempos de fala já
115 são previstos na própria Resolução. Neste momento houve outra manifestação pública,
116 inaudível, feita fora do microfone. Diante disso, o mediador, Senhor Pedro Mendes pediu para
117 concluir a sua fala e, também, mais respeito por parte do manifestante. A seguir, explicou que
118 todos os documentos produzidos pela comunidade, por interessados ou não na audiência são
119 entregues à mesa, são documentos oficialmente recebidos, funciona como um protocolo, e
120 entregues para serem anexados na pasta do Licenciamento Ambiental do empreendimento,
121 seja a favor ou contra. No entanto, continuou, a intervenção oral só é permitida durante o
122 debate, sendo isso que ele queria ponderar com o manifestante. Novamente interrompido, fora



123 do microfone, Senhor Pedro respondeu que a Audiência Pública tem uma regra a ser
124 cumprida e que o manifestante estava tumultuando o ambiente. Explicou que estava se
125 negando em conceder o uso da palavra a ele, naquele momento, mas que daria o direito dele
126 falar durante no debate. Diante de novas manifestações, não audíveis, fora do microfone,
127 Senhor Pedro reiterou que qualquer documento é aceito pela mesa em qualquer tempo da
128 Audiência Pública, respondendo a uma senhora que poderia receber e protocolar o documento
129 dela de imediato, assim o fazendo em seguida. Retomando os trabalhos, Senhor Pedro
130 explicou como seria o procedimento durante o debate, no segundo bloco, após as
131 apresentações. Ele recebe as perguntas formuladas pelos presentes, durante a apresentação,
132 durante o intervalo e, mesmo após o início dos debates, a mesa continua recebendo novas
133 indagações que forem úteis ao debate, que forem apresentadas. A seguir, identifica a presença
134 do autor da pergunta, sendo importante, porque aquele que fez a pergunta, mas se ausentou,
135 não tinha tanto interesse assim naquela resposta, mas a pergunta continua sendo importante
136 para o procedimento. Então, continuou, a pergunta é considerada prejudicada, simplesmente
137 para efeito de resposta, mas fará parte do processo de licenciamento e será analisada pelos
138 técnicos do IMASUL. E, continuou, havendo um fundo naquela questão, de que o próprio
139 técnico do IMASUL não tinha se atinado, ele dirigirá o questionamento, também, ao
140 empreendedor. Continuou a sua explicação sobre a dinâmica do debate: feita a identificação
141 do autor da pergunta passará à resposta, pelo período de 3 min., para quem foi dirigida,
142 podendo ser respondida por mais de um componente da mesa, se essa complementação for
143 útil a quem indagou. Havendo possibilidade e necessidade de pedido de complementação
144 daquilo que foi respondido ou uma crítica, ou um outro ponto de vista, convida o autor da
145 pergunta a ir ao microfone e fazer a complementação, visto que a audiência é gravada para
146 transcrição da ata. Feito o pedido de complementação, o período é 1,5 min, dando também 1,5
147 min. para aquele que estava respondendo complementar a resposta. Senhor Pedro deixou
148 claro que a pergunta se encerra na tréplica, ou seja, pergunta, réplica e tréplica. Se o assunto
149 for merecedor de rediscussão, continuou, solicita que o autor da pergunta faça uma nova
150 pergunta com aquilo que não foi discutido, de forma a não fixar o debate em um único
151 assunto, evitando se delongar por muito tempo, em prejuízo de outras perguntas tão ou mais
152 importantes que venham à mesa. É comum, continuou, que a pergunta feita de uma forma por
153 um cidadão, tenha o mesmo conteúdo de outra pergunta e que, ao responder uma, possibilita o
154 entendimento mais claro daquela questionada por outra, sendo muito comum nas audiências e,
155 por isso, segue a mecânica explicada. Feitas essas considerações iniciais, Senhor Pedro
156 solicitou que os celulares fossem desligados ou deixados no modo silencioso e que o lixo
157 porventura produzido fosse destinado diretamente a uma lixeira. Por último, informou que a
158 Secretaria de Meio Ambiente, representada por ele na audiência, não participa do debate
159 respondendo perguntas, exercendo somente função de mediador. As perguntas serão
160 destinadas ao empreendedor e à equipe multidisciplinar que elaborou o Relatório de Impacto
161 Ambiental. A seguir, restituiu a palavra ao responsável pelo cerimonial. Senhor Quintino
162 convidou o Senhor Antônio Augusto Torres de Bastos Filho, presidente da Omega Energia
163 Renovável S.A. para sua apresentação. Inicialmente, ele cumprimentou a todos, agradecendo



164 a acolhida. Ressaltou que sempre faz questão de ser bom vizinho, de forma respeitosa,
165 construtiva, de discutir as ideias, as possibilidades e evoluir dentro do possível. Informou que
166 a sua empresa tem como uma das suas principais virtudes a transparência, por isso estava
167 presente na audiência para discutir as idéias, apresentar o projeto, avaliar o que existe no
168 projeto e, de uma forma coletiva, entender e a partir desse momento avançar. Agradeceu
169 muito ao Senhor Pedro Neto, que tem conduzido os trabalhos, reconhecendo que nunca é fácil
170 esse tipo de gestão. Agradeceu também ao Prefeito Mário Valério, Presidente da Câmara
171 Municipal, Manoel de Souza, Presidente do Sindicato Rural, Antônio Humberto enfatizando
172 que estava de coração aberto para discutir e explicar um pouco mais dos projetos para todos
173 os presentes. A seguir, o mestre de cerimônia convidou o Senhor Antonio Humberto Maran ,
174 Presidente do Sindicato Rural de Caarapó para fazer uso da palavra. Inicialmente, ele
175 cumprimentou todos os presentes e, em nome do Prefeito cumprimentou toda a mesa.
176 Informou que lhe perguntaram qual era a participação do Sindicato Rural na Audiência
177 Pública, respondendo que seria ouvinte, sem muito conhecimento do que estava acontecendo,
178 apenas colaborando na locação do espaço para a realização da Audiência Pública. Ressaltou
179 que, em uma reunião com a diretoria do Sindicato, disse que estava do lado dos produtores,
180 entendendo que é um momento onde se deve pensar muito no que vai acontecer, colocando-se
181 à disposição de todos os associados, dos produtores, de todos aqueles que quiserem se unir e
182 conversar no Sindicato, porque é hora de união. Mais uma vez colocou o Sindicato Rural à
183 disposição dos produtores para fazer uma defesa sobre o que acontecer. Dando continuidade à
184 audiência, o mestre de cerimônia, Senhor Quintino, convidou para fazer o uso da palavra o
185 Senhor Manoel Batista de Souza, presidente da Câmara Municipal de Caarapó. Inicialmente,
186 ele cumprimentou o Prefeito Mário Valério, o Presidente do Sindicato Rural Antônio Maran,
187 o José Milton, Coordenador técnico do meio ambiente, Antônio Bastos, Diretor presidente da
188 Sigma Energia, o Doutor Arthur Dias, Promotor de Justiça, os seus companheiros vereadores,
189 os produtores, empresários, sociedade caarapoense presentes na Audiência Pública. A seguir,
190 informou que, quando se depara com uma situação como a que está acontecendo, às vezes, é
191 pego de surpresa mesmo e, há quatro dias atrás, tomou conhecimento da situação que hoje se
192 desenrola com a Audiência Pública, para discutir os problemas que aparecerão. Enfatizou que
193 representa a Câmara Municipal de Vereadores de Caarapó, tendo que ter cautela no que fala,
194 mas, como cidadão caarapoense se preocupa, tendo certeza que o Prefeito também. Informou
195 que Caarapó, há alguns anos atrás, segundo o último senso, possuía 27 mil habitantes e que,
196 atualmente passa de 33.000 e sua preocupação é em relação ao número de pessoas que
197 chegam para trabalhar, sabendo que elas ficarão no município por um pouco período.
198 Informou que, quando chegou em Caarapó, em janeiro de 1978, existiam mais de 50
199 carvoarias no município e, depois de 5 ou 6 anos, foram embora, ficando os problemas, com
200 muitas pessoas abandonadas, sem desenvolvimento no município. Informou que, de 40.000
201 habitantes, naquela época, ficaram menos de 15.000, um caos na cidade. Continuando, mais
202 uma vez, falou de sua preocupação porque Caarapó, como vários outros municípios do
203 Estado, possui mais 30 mil habitantes complicando a área da saúde, porque não há condições
204 de atendimento como deveria ser e, da mesma forma, a segurança, a educação e, por isso, a



205 sua preocupação em relação à mudança da logística de Caarapó. O Vereador ressaltou que
206 sabe que existe um estudo, o qual será colocado para a apreciação de todos que estavam na
207 audiência para ouvir. O Presidente informou que está na Assessoria da Câmara, citando o
208 nome da Dr^a Daniela, que o acompanhava e que havia solicitado a ela que, em dois dias,
209 tentasse levantar algumas coisas para ele, para que se inteirasse da situação. Informou,
210 também que havia tido uma reunião com os Vereadores, com a participação de nove dos onze
211 que compõem a Câmara Municipal, onde foram detectadas várias situações que os
212 preocupam. Atualmente, continuou, Caarapó é um município que está andando. Sobre o rio
213 Amambai, falou que, apesar de não ser pescador, citando o nome de vários que o são, sabe
214 que é um rio com uma população de peixe muito abundante, principalmente peixe dourado.
215 Ressaltou que, qualquer pescador citado por ele, pode confirmar que existem dourados no rio
216 e que, no projeto da PCH, ele não viu a elevação para que os peixes subam para procriar,
217 sendo uma grande preocupação. Então, continuou, são muitas preocupações das pessoas.
218 Enfatizou que todos querem o progresso, o desenvolvimento, mas quanto se pagará por isso?
219 Ele gostaria que a questão fosse bem pensada e analisado para que o município não fique
220 com ônus muito ruim, para que não volte a mesma situação vivida na época das carvoarias,
221 como ele já havia citado. Ressaltou que a preocupação não é só do município de Caarapó mas,
222 também, de Laguna, e até mesmo Amambai. Terminou suas palavras, agradecendo a atenção.
223 Dando continuidade a audiência, o mestre de cerimônia convidou o Prefeito Municipal de
224 Caarapó, Senhor Mário Valério, para seu pronunciamento. Inicialmente, ele cumprimentou o
225 Senhor Pedro Mendes Neto, Aassessor do Instituto de Meio Ambiente, Antônio Bastos, da
226 Sigma Energia, o Presidente da Câmara, Manoel Batista, em seu nome, todos os Vereadores
227 presentes, companheiro Antônio Maranhão, Presidente do Sindicato Rural de Caarapó, e em seu
228 nome, todos os produtores presentes, os empresários, Vice-Prefeita, Promotor Doutor Arthur,
229 agradecendo a presença de todos. O Prefeito informou que é sabedor que a audiência é apenas
230 um começo de um projeto que todos sabem que é complexo, que poderá se estender por
231 vários meses e, talvez, até anos. Ressaltou que a região é muito rica, bastante produtora, tanto
232 na pecuária quanto na agricultura, bem como os rios, tanto Amambai, como o Jaguari, o
233 Piratini, o Saiju, todos com uma grande diversidade, de peixes e essa riqueza dos rios, da
234 flora, não há dinheiro que pague. Informou que, em muitos lugares, o meio ambiente já está
235 muito defasado, mas que trabalha para preservar o meio ambiente do município de Caarapó.
236 Enfatizou que todos sabem da necessidade de se gerar energia mas, como Prefeito do
237 Município, tem o direito e o dever de zelar por cada cidadão, pelo bem estar e segurança de
238 cada um.. Quando se fala em hidrelétrica, continuou, a insegurança é muito grande, quanto à
239 quantidade de solo produtivo que será invadido pelas águas, e além da invasão dessas águas
240 no solo produtivo, uma reserva de, no mínimo, 100 metros, a partir da invasão de água, uma
241 área que vai deixar de produzir, de gerar imposto para o município, de gerar emprego, sendo
242 uma grande preocupação dele, dos produtores rurais, apesar de que os produtores vão receber
243 as suas terras com preço de mercado e, também, as suas benfeitorias, mas que isso é questão
244 de momento, resolve o problema do produtor de momento, e o resto da vida que ele vai
245 deixar de produzir naquele solo? Então, continuou, acha que a audiência está apenas



246 começando, tendo certeza que essa questão vai se alongar por muito tempo ainda. O Prefeito
247 deixou claro que vai procurar sempre fazer o melhor para o município que não está tentando
248 atrapalhar o desenvolvimento, mas também com a segurança de que não vai atrapalhar o
249 município de Caarapó. Outra coisa com que tem que se preocupar, continuou, é a questão
250 social e econômica do município, porque, atualmente, o município tem crescido e
251 desenvolvido bastante, mas as pessoas estão chegando de fora todos os dias, comprando
252 terras, terrenos, construindo casas causando um impacto ambiental, social e econômico muito
253 grande. Ressaltou que a questão social é habitação, segurança, educação, sabendo que o
254 município não está preparado pra receber tanta coisa assim, de momento muito rápido.
255 Segundo o Prefeito, com a duplicação da BR 163 o município já vai ter um impacto muito
256 grande, estando com problemas com , estamos investimento atual de 30% na saúde, quando é
257 seu dever investir 15, e, mesmo assim, deixando de satisfazer uma grande parte da
258 população. O Prefeito ressaltou que as empresas são muito bem vindas ao município, desde que
259 tragam resultados positivos. Então, continuou, quer pedir uma tranquilidade aos produtores,
260 para que eles possam ter a certeza de que tudo que for ser feito no município, eles serão
261 consultados, estarão a par, tendo ele como parceiro. Solicitou que todos trabalhem no sentido
262 de que nada vai atrapalhar o desenvolvimento do município. Ressaltou, novamente, que o
263 processo está apenas começando, sabendo que hoje será uma das primeiras reuniões, que
264 muitos questionamentos serão feitos e que todos estavam ali para discutir e tentar resolver, no
265 melhor sentido, sempre pensando no município, independente de qualquer coisa. Ele
266 agradeceu a todos, esclarecendo que o produtor não teve tempo de estudar o projeto, bem
267 como ele, como político, e também a Câmara, devido a correria ser muito grande. Informou
268 que esteve com o Prefeito de Laguna, pedindo seu apoio, vai conversar, também, com o
269 Prefeito Sérgio Barbosa, de Amambai, por entender que o município mais prejudicado será o
270 de Caarapó e isso ninguém quer que aconteça. Enfatizou que todos podem contar com ele e
271 que estará trabalhando para que o melhor aconteça para o município de Caarapó. Terminada a
272 palavra do Prefeito, o mestre de cerimônia convidou as autoridades da mesa diretora para
273 assumirem seus lugares na plateia para melhor assistirem as apresentações que se seguiriam.
274 A seguir, convidou o Senhor Antônio Augusto Torres de Basto Filho – Presidente da Omega
275 Energia Renovável, para fazer a apresentação do empreendimento. Novamente ele
276 cumprimentou a todos dizendo que, quando não se conhece muito bem as coisas, as
277 informações geram reações diversas. Ressaltou que, de uma forma muito humilde, respeitosa,
278 quer mostrar o projeto a todos, o que a sua empresa faz, o jeito que trabalha e as valias que o
279 projeto também oferece para Caarapó, para Mato Grosso do Sul e para o Brasil. Em termos de
280 energia, continuou, nos últimos meses ficou bastante claro e nítido na mídia, na imprensa em
281 geral, o tamanho da encrência que o Brasil tem para conseguir suprir de energia os lares, a
282 indústria, a agroindústria e assim por diante., nunca tendo preços de energia tão altos,
283 batendo no presente ano, o preço de R\$ 800,00 por megawat hora. E isso dizer que mau
284 planejamento histórico, uma série de entraves no desenvolvimento de capacidades novas, fez
285 com que o Brasil chegasse no momento em que o preço de energia começou, não só a gerar
286 muita inflação, como levou o governo a uma situação crítica, mesmo tendo feito um esforço



287 muito grande pra reduzir a inflação, segurando preços regulados, principalmente a energia.
288 Atualmente, continuou, existem muitas ameaças no Brasil, de grandes empresas, grandes
289 indústrias, querendo sair do país por não ter preço competitivo de energia e que todos têm
290 sentido no bolso a dor da inflação que tem galopado, nos últimos meses, a olhos vistos.
291 Enfatizou que o setor energético brasileiro se baseia numa equação histórica chamada
292 termoelétrica, ou seja, possui hidroelétricas que tem custo muito baixo, são renováveis e
293 limpas e abastecem e reservam energia e as térmicas entram no sistema quando se tem a
294 necessidade de suprir o sistema ou porque choveu pouco, ou porque houve um consumo
295 pontual muito grande, ou por causa da sazonalidade de energia. Informou que, neste ano, por
296 exemplo, houve um aumento de 500% no nível de despacho de termoelétricas que emitem
297 gás carbônico, que tem um preço por megawatt/hora muito mais alto e assim por diante. Só
298 em Mato Grosso do Sul, nesse ano, todos pagarão 11.20% mais de energia, em função da
299 crise de oferta de energia que se vive, atualmente. A seguir, demonstrou, através de um
300 gráfico o quanto o preço de energia tem subido e onerado toda a sociedade brasileira. Citou
301 uma equação onde o preço da energia sobe, a oferta é bastante restrita e ao mesmo tempo o
302 país tem muito pra caminhar em termos de desenvolvimento do povo, de consumo e de uma
303 série de outros elementos de prosperidade que são necessários para um povo ser altamente
304 produtivo. disso. Como referência, explicou: Atualmente, o Brasil consome menos energia
305 que a China, per capita, apesar da China ter uma renda per capita ainda mais baixa que a do
306 Brasil. Em relação aos Estados Unidos, o Brasil consome 18% de energia daquele país,
307 significando que, cada americano consome 5 vezes mais energia do que, o brasileiro. O
308 empreendedor entende que o Brasil ainda tem muito a caminhar e evoluir no consumo de
309 energia mais adequado ao nível de prosperidade que se quer atingir no Brasil nos próximos
310 anos. Além disso, continuou, deve ser lembrado que 16 milhões de brasileiros, vivem abaixo
311 do nível de pobreza extrema, U\$ 2,50 por dia, significando que se não houver um meio de
312 desenvolver o país, nós se chega a lugar nenhum e, sem energia, nada se faz.: indústria,
313 agricultura, construção. Hoje em dia, continuou, a energia é o maior valor que um país pode
314 ter. Citou as guerras que os Estados Unidos fez com o Iraque, com o Afeganistão etc, por
315 causa de energia. Então, continuou, a abundância e a oferta de energia, do jeito e no volume
316 certos, faz um país ser próspero ou não. Informou que o Brasil, crescendo a um PIB mediano
317 de 3% a 4% ao ano, precisa, até 2025, de 40 mil megawatts novos de capacidade, para crescer
318 3% ao ano e que o desafio é expandir a capacidade instalada de energia, sendo substancial, e
319 todos têm que pensar em como resolver esse problema como sociedade. Nesse momento,
320 continuou é que a democracia é muito rica e o debate honesto, verdadeiro e consistente tem
321 que ser promovido. Ressaltou que existem opções, citando como exemplo, que pode-se
322 apostar em térmicas movidas a óleo diesel, gás combustível etc., mas quais são os problemas
323 decorrentes disso? Primeiro, são muito mais caras e o fato de ter uma energia, hoje, a R\$
324 800,00 o megawatt/hora, é porque existe um nível de despacho de energia termoelétrica muito
325 maior. Então, teria que se pagar 3, 4 vezes o preço para gerar o mesmo megawatt/hora se
326 utilizar uma térmica a diesel. Além disso, continuou, a termoelétrica derivada de insumos
327 fósseis, tem um grande problema que é de soberania e apostando nesse tipo de geração,



328 torna-se dependente da matéria prima, que é óleo, que é gás etc, ficando na mão de uma série
329 de empresas que dominam o mundo do óleo e gás no mundo. Esta decisão, continuou, tem
330 sido tomada pelo governo, mas não é uma solução que resolve todos os problemas. Citou
331 outra opção, a energia nuclear, informando que Alemanha, que é um país altamente
332 desenvolvido e muito mais preocupado, hoje, institucionalmente, com o meio ambiente do
333 que o Brasil, há dois anos, definiu que nenhuma sina nuclear continuará aberta na Alemanha,
334 porque a tecnologia ainda não é muito bem controlada, existe risco de desastre atômico, há
335 uma questão de resíduo, que ainda está muito longe de ser resolvida, e uma série de outros
336 problemas inerentes a eles. O Brasil, continuou, não domina esta tecnologia, teria que ser
337 importada, além de ser muito caro. Outra opção seria a biomassa que, nessa região, é bastante
338 conhecida e utilizada. O empreendedor informou que, primeiro, é sazonal, segundo, o álcool
339 celulósico, em termos de preço para quem produz, é uma grande ameaça à geração de energia
340 com bagaço num médio prazo, já existindo algumas empresas que têm feito isso de uma
341 forma bastante econômica; terceiro, é preciso complementar a biomassa com outras fontes
342 porque a sua capacidade de expansão não é tão grande quanto a de outras fontes que estão
343 disponíveis para serem utilizadas. Existe a hidrelétrica, continuou, existindo muito
344 preconceito sobre ela e que, por isso, gosta sempre de debater, de discutir, ouvir e conseguir
345 chegar a termos. Informou que a grande hidrelétrica, Belo Monte, Rio Madeira etc, tem um
346 perfil e uma relevância, em termos ambientais, totalmente diferente de uma Pequena Central
347 Hidrelétrica, sendo outros mundos bem diferentes. Citou como exemplo, a Usina Sérgio
348 Mota, que possui 2.500 megawats instalados e o complexo que sua empresa vai fazer, tem
349 20, sendo 1%. Então, continuou, é outro mundo, outro tipo de impacto, outro tipo de
350 relevância, sendo necessário adequar o pensamento para esse tipo de diferença que existe
351 entre pequenas e grandes centrais hidrelétricas. Informou que, na Inglaterra, nos Estados
352 Unidos, não existe mais nenhum megawat de hidrelétrica pra ser desenvolvido, porque é a
353 melhor energia que existe, em termos de custo, de confiabilidade e assim por diante. Então,
354 continuou, existem muitos preconceitos em relação à hidrelétrica, sendo uma questão
355 relevante, o reservatório. Enfatizou que as hidrelétricas precisam de reservatórios, inclusive o
356 seu reservatório é o diferencial que elas têm e o fato de se conseguir armazenar energia em
357 grande escala, só é feito, em termos econômicos, via reservatórios. O empreendedor informou
358 que conhece uma série de empresas israelenses, americanas que investem bilhões de dólares
359 para desenvolver alternativas de acumulação de energia que não sejam reservatórios
360 hidrelétricos ou tonelagens de petróleo de gás etc. Então, continuou, é um diferencial
361 importante, mas tem a contrapartida porque existe todo o impacto ambiental que tem que ser
362 discutido e melhor entendido. Informou que a sua empresa é uma das maiores
363 desenvolvedoras de energia eólica do Brasil, conhecendo bem essa a fonte, mas que tem
364 problemas. Primeiro, explicou, está muito longe do consumo, no nordeste, de uma forma
365 muito espalhada; segundo, tem uma intermitência muito grande, sendo impossível se vender
366 a energia de uma usina eólica para uma indústria, citando como exemplo a automobilística,
367 que produz um carro, porque não se consegue garantir a linealidade da oferta. Então,
368 continuou, a eólica funciona muito bem como uma fonte que complementa as outras, não



369 como uma fonte única pra resolver o problema de um país. Informou que sua empresa esta
370 investindo bastante no país, chegando, atualmente, a 10 gigawats instalados nos próximos
371 meses, o que é muito relevante, mas não é uma solução definitiva para o desafio de aumentar
372 a capacidade de energia brasileira. Citou a energia a solar, da qual é um fã, não precisando de
373 tecnologia, mas ainda hoje existe uma diferença de preço brutal entre a solar e as demais
374 fontes. Como referência, continuou, para se instalar, hoje, uma pequena usina solar, seria
375 necessário um investimento que levaria você a ter um preço de R\$ 400,00 por megawat/hora
376 para ser competitivo e na hidrelétrica ou na eólica, R\$ 140,00, R\$ 135,00, sendo ainda três
377 vezes mais cara do que as outras fontes que estão mais em uso atualmente. Por isso, enfatizou
378 que gosta sempre de discutir as opções que existem, com a sociedade, de uma forma dura, de
379 uma forma coletiva, fazendo as opções, e todas elas têm efeitos, contrapartidas e ônus. Em
380 relação às PCHs em si, primeiro é uma tecnologia muito confiável, sendo muito testada e, o
381 Brasil possui uma centena de hidrelétricas, sendo uma tecnologia muito robusta,. Informou
382 que em alguns lugares do Brasil existem PCHs que têm 100 anos de operação e a hidrelétrica
383 contribui muito para frequência de oferta de energia, a longo prazo, além de ser uma energia é
384 limpa e renovável. Ressaltou que está totalmente alinhado com o Prefeito. E que, talvez, a
385 sua empresa seja a mais sustentável e renovável de todas as geradoras de energia que
386 existem, primando muito por isso, fazendo tudo sempre pensando nisso primeiro, sendo,
387 realmente, uma energia muito limpa. Como aspecto importante das hidrelétricas, explicou que
388 todos os seus os equipamentos são feitos no Brasil, por brasileiros, sendo uma indústria que,
389 ao longo das décadas, desde a década de 50, 60, se desenvolveu bastante no Brasil, que
390 domina a tecnologia, que gera riqueza em diversos outros setores. Continuando, explicou que
391 PCHs são usinas entre 1 e 30 megas, bem deferentes de Belo Monte e outras gigantescas que
392 se vê no Brasil, sendo muito pequenas, tendo uma regra de área de reservatório que se aplica
393 para definir se é PCH ou não. No caso das duas usinas que serão construídas na região, se
394 aplicam em termos regulatórios as que são definidas como PCHs, sendo operadas a fio
395 d'água. Explicou que fio d'água quer dizer que não há acumulação de água, tendo menos
396 área de reservatório por energia gerada do que uma Central, porque é gerada energia com
397 essas usinas com o fluxo do rio só. Geralmente, continuou, em termos relativos, os
398 reservatórios são muito menores, utilizando-se para esse tipo de empreendimento só a calha
399 do rio, que é um pouco estendida, tendo, às vezes, algum remanso, mas não tem grandes
400 reservatórios de acumulação, como em outros projetos que existem no Brasil. O
401 empreendedor citou como outros benefícios, que é o uma geração descentralizada, porque,
402 por mais que se tenha um sistema interligado de energia no Brasil, é muito importante ter um
403 espalhamento da geração para evitar apagão e reduzir as perdas do sistema. Como exemplo,
404 informou que, quando uma linha de Itaipu é encerrada ou paralisada por algum tempo, a
405 energia não chega numa cidade que não tem uma geração, ficando sem energia naquele
406 momento e, se existe uma geração local, mesmo que uma grande central ou outras usinas
407 caiam, há o abastecimento local por aquela usina que está gerando para aquela região mais
408 próxima, daí a vantagem da descentralização da geração, do ponto de vista meio estratégico
409 para o país A seguir, exibiu um vídeo mostrando o funcionamento de uma hidrelétrica. Após,



410 explicou que é um exemplo simples de como funciona a geração, porque há muitos
411 questionamentos sobre o destino da água. Ele explicou que, a água que entra na turbina sai
412 da mesma forma, sem nenhum tipo de transformação continuando o fluxo do rio pra baixo.
413 Sobre a empresa, falou de seus valores, sendo a sustentabilidade um deles ressaltando que não
414 conhece outra empresa tão sustentável, que se preocupe tanto com o meio ambiente como a
415 dele. Citou outros valores como excelência, honestidade e transparência, o que está sendo
416 feito na audiência, mostrando nos detalhes a forma como a empresa trabalha, o que quer fazer,
417 a valorização das pessoas. Enfatizou que respeita muito as posições do prefeito e dos líderes
418 da região, mas quer ter uma relação humana, respeitosa, e conseguir juntos debater e chegar a
419 uma conclusão sobre o que é melhor para o país. Informou que sua empresa foi fundada em
420 2008, que a empresa mãe chama-se Omega Energia e a Sigma é uma empresa que faz
421 desenvolvimento hidrelétrico, sendo presidente das duas. Atualmente, continuou a empresa
422 possui projetos por todo o país, principalmente eólicas e hidrelétricas, no Piauí, em Minas
423 Gerais, no Rio de Janeiro e duas usinas em operação no estado do Mato Grosso do Sul desde
424 2012, no município de Cassilândia, sendo uma experiência muito positiva, uma relação muito
425 profícua com o governo do estado, com a prefeitura, com os proprietários, querendo replicar
426 isso nos novos projetos pelo Brasil. A seguir, exibiu um vídeo mostrando alguns exemplos de
427 iniciativas ambientais de sua empresa que são adicionais às suas obrigações regulatórias.
428 Explicou que, geralmente quando são concedidas uma LP, uma LI, existem obrigações
429 específicas, como o desenvolvimento de programas e, adicionalmente às obrigações de lei, a
430 empresa tem investido na área de educação; ou treinando professores, ou fazendo
431 programas de contra turno, de desenvolvimento educacional e vocacional de crianças e
432 adolescentes. Investe, também, na área de fauna, criando um corredor florestal em Minas
433 Gerais para preservar o Muriqui, que é o maior primata das Américas, sendo muito bem
434 sucedido. Mostrou alguns números sobre os investimentos na região. Primeiro, continuou, já
435 foram investidos 190 milhões no Estado do Mato Grosso do Sul, nas duas usinas que já estão
436 em operação no município de Cassilândia. No projeto das duas PCHs, ora em discussão,
437 levariam investimentos adicionais de R\$ 250 milhões, tendo mais projetos no estado que
438 podem somar mais R\$ 210 milhões, sendo um plano de investimento para o estado de,
439 aproximadamente, R\$ 650 milhões nos próximos anos. Informou que a empresa já fez uma
440 compensação ambiental relevante na sua história, no Parque Estadual das Nascentes do Rio
441 Taquari. Já foram criados 1.200 empregos nos empreendimentos que a empresa desenvolveu
442 em Cassilândia, sendo muito importante o percentual de mão de obra local utilizado. Explicou
443 que uma obra de hidrelétrica tem uma especificidade muito grande e grande parte de seus
444 seus trabalhadores segue as empreiteiras pelo Brasil trabalhando em hidrelétricas, são os
445 barrageiros, já tendo sido formados mais de uma centena de barrageiros em Cassilândia.
446 Continuando, informou que as usinas têm canteiros dentro da própria usina e, portanto, não
447 haverá centenas de pessoas morando e passando na cidade, porque a empresa constrói
448 canteiros com hospital, com enfermaria, com refeitório, sendo quase uma vida autônoma que
449 se cria, em termos do contingente das pessoas que trabalharão na obra. Portanto, continuou,
450 tem pouco impacto na vida da cidade, mas que, obviamente, terá impacto no comércio, nos



451 serviços porque há o desenvolvimento. Explicou que projeção da empresa é criar 600
452 empregos diretos e 900 indiretos, com base na nossa experiência passada em
453 empreendimentos similares. Hoje, continuou, as duas usinas existentes no Mato Grosso do
454 Sul abastecem domicílios, nos quais residem 350 mil pessoas, sendo uma conta arredondada e
455 as duas novas usinas abasteceriam mais domicílios com residentes, totalizando 500 mil
456 pessoas. Explicou que, no município de Caarapó, a área que será utilizada para construir a
457 usina é 0,34% da área do município, ou seja, quase nada, e a parcela de área agricultável
458 também é muito pequena por causa da APP de 100 metros. Então, continuou, geralmente se
459 pensa que é muita terra, que se perde produção. Reiterou que é 0,34% da área total do
460 município que vai ser utilizada pra abastecer 500 mil pessoas de energia e que a área de
461 pecuária e agricultura na cidade é 80%. continuando sendo as principais atividades. Ressaltou
462 que é importante mostrar os números porque está se falando de uma redução de 1,5 bilhão de
463 preço de energia para o consumidor, podendo-se escolher produzir energia com térmicas mais
464 caras, ou com hidrelétricas mais baratas. Neste momento, houve interferências públicas, não
465 audíveis, fora do microfone. A essas interferências, o empreendedor respondeu que as terras
466 são compradas a preço de mercado, existindo uma legislação que tem que ser cumprida. A
467 seguir, solicitou que o deixassem terminar sua apresentação, mas aconteceram várias outras
468 manifestações não audíveis, fora do microfone. Após, Senhor Antonio Augusto esclareceu
469 que o papel de trazer o investimentos para o Brasil é extremamente valioso, tendo orgulho de
470 trazer bilhões de reais para serem investidos no Brasil, propiciando a prosperidade das
471 pessoas. A seguir, explicou que se mede a competitividade da sua empresa pelo preço de
472 energia: se seu preço for bom, vai ajudar o Brasil a prosperar, se for ruim ninguém vai
473 comprar e não vou fazer usina nenhuma, sendo assim que funciona o mercado, citando
474 exemplo na área de soja, de açúcar, na pecuária, tudo é preço. Citou experiências muito
475 valiosas na história da empresa, onde em alguns lugares o fornecimento de combustível,
476 geralmente, cresce 30% durante a obra, a ocupação também cresce bastante, 50%; o comércio
477 e serviços em geral crescem durante a obra, 25%. Por último, ressaltou que os projetos
478 economizariam, em termos de emissão de gás poluente, 3 milhões de toneladas de carbono
479 durante sua operação, o que é bastante significativo. Em termos de impostos, mostrou uma
480 tabela e lembrou que todos pagam muito imposto no Brasil e,, somando todas as esferas de
481 impostos, estadual, municipal e federal, são quase R\$ 400 milhões de reais arrecadados pelos
482 três níveis de governo durante a operação da usina, sendo uma arrecadação bastante
483 relevante. Resumindo, informou que é uma usina de 22 megawatt, de capacidade instalada,
484 na Foz do Saiju, uma energia de 30.26 megawatt, prazo de operação de 30 anos, mais 20
485 anos, segundo a regulação brasileira. Construção em até 26 meses, e uma conexão da energia
486 na Enersul. A seguir, mostrou como que funciona a estrutura da usina: é uma estrutura que
487 tem uma barragem, uma geração via adução, gera na casa de força, no pé da barragem, e, por
488 um momento específico tem um desvio do rio pra formar a barragem, sendo uma estrutura
489 clássica de formação de hidrelétricas. Terminou sua apresentação, agradecendo a atenção e
490 todos Com a palavra, o mestre de cerimônia convidou o Senhor José Milton Longo, Diretor
491 da Fibracon – Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais, empresa responsável pela



492 elaboração dos Estudos Ambientais, para fazer a apresentação do Relatório de Impacto
493 Ambiental. Inicialmente, ele cumprimentou todos os presentes, falando de seu prazer em
494 estar na audiência para sintetizar os resultados obtidos pela sua equipe multidisciplinar,
495 responsável pelos Estudos de Impacto Ambiental da PCH Foz do Saiju. Esclareceu que, como
496 preconizado em lei, o Estudo de Impacto Ambiental visa fazer um diagnóstico ambiental da
497 área, abordando os meios físicos, bióticos, com a biodiversidade local, e o meio humano, o
498 meio sócio econômico. A PCH Foz do Saiju, continuou, terá um lago de 800 hectares,
499 localizado no município de Caarapó. Esclareceu que apresentará o diagnóstico ambiental dos
500 meios físicos, bióticos e sócio econômicos, listando os impactos detectados pela equipe
501 multidisciplinar, composta por Biólogos, Engenheiro Civil, Engenheiro Florestal, Engenheiro
502 Agrônomo, Cientista Social, Economista e, inclusive, arqueólogos que fizeram a prospecção
503 nas áreas a serem impactadas pela PCH. Informou que o EIA, que é um documento mais
504 complexo, se encontra em análise pelos técnicos do Instituto de Meio Ambiente do Mato
505 Grosso do Sul/IMASUL e que o RIMA, que é a síntese do documento mais complexo, é mais
506 um documento gerencial, próprio pra ser apresentado para a comunidade e que abrange todos
507 os resultados obtidos através das metodologias utilizadas, consultas bibliográficas e
508 expedições de campo, para a obtenção dos dados dos meios físicos, bióticos e sócio
509 econômicos. Explicou que a área foi dividida em três áreas de influência: a Área de Influência
510 Diretamente afetada que é a ADA, aonde vai se alocar o canteiro de obras, as áreas
511 propriamente ditas envolvidas na construção. A Área de Influência Direta é a área que vai
512 estar diretamente envolvida nos impactos decorrentes do empreendimento, ou seja, a própria
513 área do reservatório formado e a Área de Influência Indireta – AII, que abrange o território
514 como as sedes municipais que terão parte de suas terras atingidas pelo empreendimento. Para
515 o meio físico, continuou, as variáveis utilizadas foram o clima, a geologia e o relevo da
516 região e, para tanto, utilizou-se das bibliografias disponíveis, o atlas multirreferencial do
517 estado, o zoneamento econômico em andamento no estado e visitas dos profissionais, o
518 geólogo e do agrônomo a campo, para aferição das variáveis. Informou que o clima se
519 caracteriza como tropical subquente e úmido, com um mês seco e uma temperatura amena de
520 22 graus em média. A geologia da região é constituída, basicamente, por arenito e as rochas
521 magmáticas associadas. Os solos são propícios, parte deles nas partes aluvionárias, nas áreas
522 de solo quartzarênico para agricultura ou pastagens. Os recursos hídricos da Bacia do
523 Amambai, basicamente, são utilizados para dessedentação animal e para consumo humano.
524 Continuando, explicou que, através das análises da qualidade de água, os parâmetros
525 elencados nos estudos mais complexos, desde turbidez até possibilidade de contaminação
526 com agrotóxico, revela que, o Rio Amambai está enquadrado nos parâmetros de classe 2, ou
527 seja, precisa de pouca interferência para potabilidade, para utilização de consumo humano.
528 Outro grupo para diagnóstico dos Estudos de Impacto Ambiental foi o meio biótico, os
529 representados pelos grupos saxonômicos da herpetofauna, que são representados pelas cobras,
530 lagartos e tartarugas; pela mastofauna que é relacionada aos animais mamíferos, tanto
531 voadores, que são os morcegos, quanto os não voadores; a avifauna e a ictiofauna que
532 também foram estudadas com as metodologias empregadas para se diagnosticar a ictiofauna



533 local. Para tanto, continuou, além da literatura pertinente, foram feitas duas expedições, uma
534 de 15 dias de duração, na época de seca, e outra de 15 dias de duração, na época chuvosa, para
535 todos os grupos taxonômicos. Como resultados, para a herpetofauna, representada pelos
536 sapos, rãs, pererecas, cobras e lagartos, 33 espécies, sendo 28 espécies de anfíbios e 8 de
537 répteis. Os métodos utilizados, além do secundário, de buscas bibliográficas, foi busca ativa
538 também nos locais possíveis de sítios de reprodução desses animais, locais factíveis de se
539 encontrá-los vocalizando também, inclusive buscas de escuta noturna e identificação das
540 espécies através da vocalização. Na avifauna, continuou, também nos mesmos períodos,
541 foram 15 dias durante a estação seca e 15 dias durante a estação chuvosa, foram registradas
542 168 espécies de aves na região, com destaque para as espécies endêmicas, sendo o papagaio-
543 galego, o surrucuá-variado, a gralha-do-campo, o bico-de-pimenta e o pula-pula-de-
544 sobranceira, espécies que convivem muito no ecótono de mata estacional semi decidual, mata
545 atlântica e serrado. Também como métodos utilizados, informou que foram feitas observações
546 diretas diurnas percorrendo transectos, gravando sons e também identificando, através da
547 vocalização, as espécies de aves presentes. Para os animais característicos de mamíferos, os
548 não voadores, foram registradas 28 espécies, com destaque para tamanduá-bandeira, anta,
549 onça parda, a jaritaca que foram encontradas e registradas na região. Foram feitas capturas
550 de 4 espécies de morcegos e registro na literatura de muitos mais. Para tanto, continuou, para
551 registro das espécies de mamíferos, foram utilizados transectos, caminhadas ao longo de
552 transectos na mata ciliar, barco, na extensão de toda a área navegável do rio, vocalização dos
553 animais, e também vestígios encontrados na área como pelos, tocas de abrigos de tatus.. Com
554 autorização obtida do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul/IMASUL, foram
555 capturadas com armadilhas os pequenos roedores e mamíferos presentes na área, como as
556 cuícas, catitas, gambás e alguns ratos silvestres. Na ictiofauna, a metodologia empregada não
557 foi a de pescador tradicional com isca, com vara, foi também, mediante autorização do órgão
558 ambiental, com utilização de petrechos, tentando, com 17 pontos pesquisados, entre os
559 córregos tributários e o próprio rio Amambai, utilizando peneiras, tarrafas, redes de arrasto,
560 rede de espera, para tentar registrar o maior número de espécies da área. Foram registradas 34
561 espécies de peixes, desde os pequenos, que habitam as áreas de corredeiras e nos córregos
562 tributários, até os maiores de interesse comercial registrados na região, como piracanjuba,
563 curimatá, piau, tabarana, mandi, surubim e, através de entrevistas, todos relataram a
564 ocorrência do dourado também. O consultor informou que não foi capturado nenhum dourado
565 com as metodologias empregadas. Para o estudo da flora foram feitas parcelas ao longo da
566 mata ciliar da área de influência do empreendimento; foram 17 parcelas de meio hectare na
567 região da Foz do Saiju, sendo detectadas e marcadas 47 espécies arbóreas com diâmetro maior
568 que 10 centímetros. Dentre as espécies encontradas, continuou o consultor, merece destaque
569 a única espécie ameaçada como a aroeira e outras contidas na Resolução SEMAC 08, a qual
570 obriga o empreendedor, quando ocorre determinadas espécies como as citadas, Gonçalo
571 Alves, Peroba Rosa, o Pequi entre outras, a reflorestar com uma grande quantidade de mudas
572 dessas espécies,.Citou como exemplo o Pequi, acreditando que sejam 15 mudas de, pelo
573 menos 1 metro e meio, que deve ser replantada como medida mitigadora e compensatória por



574 se enquadrar numa condição de espécie protegida. Continuando, explicou que também foi
575 feito um diagnóstico do meio antrópico, a sócio economia, com uma radiografia da cidade,
576 dos seus estabelecimentos comerciais, suas bases de renda e a organização territorial. Para
577 esse diagnóstico, foram realizadas consultas a sites oficiais como IBGE, foram aplicados
578 questionários semi-estruturados na população diretamente atingida e também a região do
579 entorno. A equipe de arqueologia, em toda a área do empreendimento, em toda a bacia do
580 Amambai, registrou objetos já utilizados por povos pretéritos, de 8 – 10 mil anos atrás, sendo
581 ferramentas silicificadas, como blocos de arenito utilizados como raspadores. Quanto à
582 assentamentos rurais, em pesquisas junto ao INCRA, são cinco assentamentos regularizados e
583 um em fase de regulamentação. Ainda se tratando de populações tradicionais, continuou, são
584 nove reservas indígenas nos municípios onde os empreendimentos estão inseridos, de acordo
585 com consulta ao site da FUNAI. Em Caarapó não tem registro de comunidade indígena nas
586 proximidades, num raio de 15 km do eixo do barramento. A seguir, mostrou a dimensão do
587 lago, que, por estar de um rio encaixado, ele terá pouca lâmina em termos de superfície, mas
588 uma grande extensão, atingindo pouca a área de mata ciliar, de propriedades lindeiras,
589 representando 10% de terras cultiváveis, agricultáveis a serem impactadas. Nesse momento da
590 apresentação do consultor, houve interferência pública, não audível, fora do microfone.
591 Retomando a apresentação dos estudos ambientais, Senhor José Milton Longo voltou a
592 informar que serão impactadas 10,9, quase 11% de áreas agricultáveis, que correspondem ao
593 tanto que a água da formação do reservatório, vai atingir. Novamente, houve interferência
594 pública, não audível, fora do microfone. Após, o consultor informou que a calha do rio
595 representa 159 hectares, a APP 460, os fragmentos de floresta apenas 67 hectares e meio e de
596 campo e pastagem os 83,9 hectares que ele está relatando como 10,9% de área afetada. Diante
597 de mais uma manifestação, o consultor solicitou ao manifestante que ele se pronunciasse no
598 momento do debate Quanto aos impactos ambientais detectados pela equipe multidisciplinar,
599 continuou, são basicamente os impactos do meio físico, sendo todos listados, havendo
600 proposições de medidas para remediar ou mitigar, através de ações e programas que possam
601 reduziro impacto ambiental. A seguir, citou alguns impactos: alteração da qualidade do solos,
602 perda de solos agricultáveis, alteração do regime fluvial . interferência em áreas de processos
603 minerários, ocorrência de retenção de sedimentos no reservatório pelas características da
604 construção. Impactos no meio biótico, detectados pela equipe: aumento da pressão antrópica
605 sobre a flora local;, perda da cobertura vegetal, de habitat da fauna local, no momento da
606 retirada da vegetação, explicando que, com a recomposição, será viável a seu retorno;
607 aumento da pressão antrópica sobre a fauna aquática e redução da riqueza e abundância de
608 espécies da fauna, tudo sendo mitigável por programas e ações; aprisionamento de peixes nas
609 áreas ensejadas, também com ações que podem mitigar; alteração da estrutura populacional
610 de vetores, interferência em rotas migratórias. Continuando, informou que os impactos sócio
611 econômicos mais evidentes detectados pela equipe multidisciplinar foram: a ampliação, do
612 conhecimento técnico científico, impacto bom e positivo; a geração de empregos. Para as
613 medidas remediadoras, mitigadoras dos impactos detectados, há a proposição de programas
614 ambientais, que a equipe dividiu em mitigadores, compensatórios, os programas de



615 monitoramento e os potencializadores dos impactos positivos. Os programas mitigadores,
616 continuou, estão dentro do Plano Ambiental para Construção, que é justamente concebê-los e
617 implementá-los, de forma a minimizar os impactos em todas as etapas da construção do
618 empreendimento; Controle de Supressão Vegetal e a limpeza do reservatório, para aumentar
619 a vida útil do reservatório e reduzir os impactos gerados na fauna e na flora; Programa de
620 recuperação das áreas degradadas; Programa de resgate de peixes nas áreas que foram
621 impactadas das enseadeiras; Programa de resgate e salvamento científico da fauna, durante a
622 fase de desmate e as fases de enchimento do reservatórios,. Ressaltou que os médios e os
623 grande animais, com a própria movimentação, já se encarregam de deixar o local, mas que
624 algumas espécies necessitam de um acompanhamento muito próximo com retirada do local
625 onde ocorrerá o desmate ou o enchimento do reservatório e realocá-lo num local muito
626 próximo ou parecido com o que ele vivia; Programa de controle e prevenção de doenças, dada
627 a aglomeração de pessoas, dos trabalhadores rurais, dos trabalhadores que virão para conceber
628 a obra. Dentre os programas compensatórios, continuou, o de Indenização de terras e
629 benfeitorias impactadas pelo empreendimento; a Implantação da área de APP do reservatório;
630 Recomposição florestal, é outro programa compensatório que a empresa vai executar e
631 implementar, separado da compensação ambiental na qual é obrigatória a promover em
632 recursos financeiros. Entre os programas ambientais de monitoramento citou: Monitoramento
633 da ictiofauna, sendo muito importante para detectar as alterações na estrutura da população,
634 das espécies que ali estão e, quando detectar alguma alteração, tomar as medidas viáveis e
635 cabíveis para promover o retorno mais próximo possível do original; outro programa muito
636 importante, continuou,. é o hidrossedimentológico, que vai avaliar a deposição de sedimentos
637 e a qualidade de água, descargas sólidas no reservatório; Monitoramento limnológico e a
638 qualidade de água é algo que vai ser implementado e com constância e o Monitoramento de
639 flora e fauna terrestres, para detectar as alterações nas comunidades e promover a recuperação
640 das áreas florestais e as medidas que possam minimizar o impacto na fauna local. Como
641 programas potencializadores, citou: Programa de Comunicação Social; Programa de
642 Educação Ambiental, para sensibilizar na educação formal ou informal as questões
643 ambientais; PACUERA, plano que vai definir o zoneamento e ocupação do entorno do
644 reservatório da Foz do Saiju, porque é previsto que esse programa vai destinar uso múltiplo
645 no reservatório para lazer, pesca, turismo, além da finalidade da construção da usina que é a
646 geração de energia. Finalizada a apresentação do consultor, o mestre de cerimônia, Senhor
647 Quintino, convidou o Doutor Arthur Dias Júnior, Promotor de Justiça da Comarca de Caarapó
648 para fazer uso da palavra. Inicialmente, em nome do Prefeito Municipal, Mário Valério,
649 cumprimentou as demais autoridades participantes da Audiência Pública e agradeceu a
650 presença de toda a sociedade caarapoense que está atenta aos impactos negativos ao meio
651 ambiente, a economia e aos impactos sociais da cidade Caarapó. Ressaltou que, por todas
652 essas razões, estava na audiência, representando o Ministério Público Estadual na defesa do
653 meio ambiente e também do patrimônio social que a cidade deve resguardar. Explicou que
654 veio a público peticionar para o mediador e presidente da mesa da Audiência Pública
655 convocada pelo IMASUL, uma petição redigida por ele, sendo necessário alguns



656 esclarecimentos, e, na verdade, continuou, necessita de estudos mais completos, não só do
657 EIA/RIMA que está sendo exposto na audiência. Ressaltou que existem estudos ambientais
658 mais completos e mais complexos que os apresentados, que devem vir antes do EIA/RIMA e,
659 diz isso por meio de políticas públicas, a fim de evitar que danos maiores à sociedade e ao
660 meio ambiente possam ser gerados por empreendimentos poluidores. Explicou que a sua
661 primeira recomendação ao IMASUL, que é o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do
662 Sul., preliminarmente, é a necessidade da Avaliação Ambiental Integrada e a Avaliação
663 Ambiental Estratégica, antes do EIA/RIMA, uma vez que existem três PCHs que serão
664 instaladas, no rio Amambai, PCH Foz do Saiju, que atinge Caarapó, Amambai e Laguna
665 Carapã; PCH Barra do Jaguari e PCH Bela Vista, sendo três e não só uma, são três, cujo
666 impacto sócio ambiental seria gigantesco e não só o que está sendo mostrado na presente
667 audiência. E, continuou, como ele explica através destes estudos a necessidade dos mesmos, a
668 Lei Federal nº 6.938, prevê, entre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, a
669 Avaliação de Impactos Ambientais, estudo destinado a identificar, interpretar e prevenir as
670 consequências do empreendimento específico, em razão da insuficiência da avaliação dos
671 impactos ambientais para análise mais ampla e contextual dos impactos dos diversos
672 empreendimentos localizados numa mesma região, reiterando que são três PCHs e não só
673 uma, surgiram como sua derivação, a Avaliação Ambiental Integrada e a Avaliação
674 Ambiental Estratégica. Informou que a Avaliação Ambiental Integrada, visa, a identificação e
675 avaliação dos efeitos sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos ambientais
676 ocasionados pelo conjunto de empreendimentos em planejamento, implantação e operação em
677 uma região. Paralelamente, continuou, existe a Avaliação Ambiental Estratégica
678 fundamentada nos princípios da Avaliação de Impactos Ambientais que é um processo de
679 identificação de impactos ambientais e de alternativas que o minimizem na implantação de
680 políticas e projetos governamentais, sendo utilizada na elaboração de propostas de ações
681 estratégicas, sistematizando os resultados e sua utilização para tomadas de decisão
682 ambientalmente sustentáveis, tendo como objetivo analisar a ação estatal em todos os seus
683 aspectos e servindo de subsídio para tomada de decisões ao disponibilizar informações sobre
684 as possíveis consequências ambientais das ações governamentais, bem como das alternativas
685 mitigadoras que estão querendo nos empurrar à goela abaixo. Em razão disso, tendo em vista
686 que há previsão de instalação de três pequenas centrais hidrelétricas, como já havia falado,
687 Foz do Saiju, Barra do Jaguari e Bela Vista, no rio Amambai, na mesma bacia hidrográfica,
688 com vários municípios do estado atingidos, com impactos ambientais significativos,
689 vislumbra-se a necessidade da realização da Avaliação Ambiental Integrada e da Avaliação
690 Ambiental Estratégica dos impactos cumulativos e sinérgicos decorrentes das três pequenas
691 centrais hidrelétricas em referência, antes mesmo da concessão de qualquer Licença
692 Ambiental e isso é muito importante, um estudo mais completo e pormenorizado. Ressaltou
693 que os referidos estudos devem ser capazes de estabelecer, com clareza, os efeitos
694 cumulativos dos impactos gerados pelo conjunto dessas pequenas centrais hidrelétricas no rio
695 Amambai, seja na atualidade, seja nos horizontes temporais de curto a longo prazo, inclusive
696 quando da exaustão dos recursos naturais. O Promotor enfatizou que, somente com base



697 nesses cenários, será possível responder a questões tais como: qual a relação custo/benefício
698 sócio ambiental do desenvolvimento hidrelétrico na região? Qual será o resultado desse
699 desenvolvimento em longo prazo? E, principalmente, o que pode ser feito para que o
700 resultado desse desenvolvimento seja em um cenário melhor, em termos sócio ambientais?
701 Por isso, continuou, a visão e o entendimento do Ministério Público Estadual é de que a
702 Avaliação Ambiental Integrada e Avaliação Ambiental Estratégica é imprescindível e que o
703 EIA/RIMA não é suficiente para prever e mitigar todos os danos ambientais significativos a
704 serem causados pelas referidas PCHs. Ressaltou que iria mais além, porque presenciou alguns
705 proprietários rurais, citando seu Geraldo, Rosana, protocolarem um manifesto contra a
706 presente Audiência Pública, até porque foram avisados sem antecedência mínima necessária
707 para estudar um estudo ambiental que tem mais de mil páginas. Indagou como que a
708 população de Caarapó, como que os proprietários rurais, vão debater, em alto nível, as
709 questões ambientais que estão sendo empurradas, sem a necessidade de serem notificados
710 com antecedência mínima para que pudessem vir preparados para a Audiência Pública. E a
711 razão disso, continuou, tendo em vista que também o Ministério Público Estadual não teve
712 tempo hábil para analisar, por completo, o EIA/RIMA, ao longo dessa semana, se esmerou
713 para analisar alguns aspectos do EIA/RIMA, mas não teve o tempo hábil de analisar por
714 completo e debater todos os pontos que acha importantes e que a sociedade deveria também
715 se ater. Por isso, ressaltou, tendo em vista que a presente Audiência Pública é datada de 26 de
716 junho de 2004, nesta cidade, que está sendo realizada sem antecedência necessária para
717 análise completa do EIA/RIMA pelo Ministério Público Estadual e também pela comunidade
718 da cidade de Caarapó, que é a mais afetada, a comunidade tem que também analisar, a
719 população tem que participar, o que inviabiliza uma discussão pormenorizada sobre o assunto
720 nessa Audiência Pública, podendo ,inclusive, prejudicar o meio ambiente e causar sérios
721 impactos sociais ao município de Caarapó. Enfatizou que vislumbra-se a necessidade de
722 realização de uma nova Audiência Pública e isso solicita ao IMASUL, a realização de uma
723 nova Audiência Pública, notificando-se todos os órgãos públicos da cidade, proprietários
724 rurais, os representantes dos assentamentos rurais que serão atingidos, lideranças indígenas de
725 aldeias que podem ser atingidas, já que existem aldeias a menos de 15 km, com antecedência
726 mínima de 60 dias da data de sua realização. Explicou que deve ser disponibilizado,
727 imediatamente, cópia do EIA/RIMA, não só do RIMA, mas do EIA, da PCH Foz do Saiju,
728 em órgão público municipal da cidade de Caarapó, para que todos, inclusive a população,
729 aquele mais leigo, possa ter acesso e também vir aqui e formular perguntas necessárias ao
730 desenvolvimento sócio econômico da cidade, já que ele se deparou com vários impactos
731 sociais no RIMA, e impactos que o preocupam, como preocupam o Presidente da Câmara
732 Municipal, o Prefeito Municipal. Mesmo assim, continuou, fez algumas considerações, no
733 mínimo de tempo disponível, se debruçando sobre o EIA/RIMA e gostaria de alguns
734 esclarecimentos e considerações que podem ser em data, na próxima Audiência Pública, até
735 porque colocou um prazo de 15 dias para resposta por escrito., não precisando ser na presente
736 data. Ressaltou que vai tecer comentários e dúvidas que o deixaram preocupados. Primeiro, é
737 o RIMA da PCH Foz do Saiju, cuja a previsão do barramento seria de 694 metros de



738 comprimento total, conforme página 15, mas no adendo do EIA, o segundo RIMA possui
739 previsão de barramento de 1.000 metros, conforme pagina 10, ou seja, praticamente o dobro
740 do previsto anteriormente, o que causará maiores prejuízos ambientais, sem qualquer novo
741 estudo, alternativas e medidas mitigatórias, sobre tal mudança impactante sobre o meio
742 ambiente. No EIA da PCH Foz do Saiju, no tópico referente à alteração da estrutura
743 populacional da ictiofauna e interferência em rotas migratórias, localizado na página 109 do
744 volume 1, afirma-se que o impacto é de ocorrência certa e irreversível, irreversível, pois é
745 pouco provável que as populações de peixes da região retornem às condições anteriores ao
746 impacto, a movimentação dos peixes será bloqueada a montante e a jusante da barragem
747 isolando tais populações de peixes. Desse modo, continuou, mesmo diante deste significativo
748 impacto ambiental, que poderá causar a extinção de espécies migratórias vulneráveis e de
749 grande valor econômico, o EIA, que é o Estudo de Impacto Ambiental, não traz qualquer
750 medida mitigatória, apenas afirma que será estudada a viabilidade da implantação de
751 mecanismos de transposição da barragem e o monitoramento da eficiência desses
752 dispositivos e execução no Programa de Monitoramento da Ictiofauna, não havendo estudo
753 ainda e como que o EIA não traz estudo, sendo inaceitável que o EIA não contemple medidas
754 alternativas para impedir tal impacto ambiental, muito menos medidas mitigadoras que
755 contemplem mecanismos para amenizar o referido dano significativo ao meio ambiente.
756 Ademais, continuou, o EIA não menciona quais os danos aos ambientes aquáticos que serão
757 causados nos afluentes, rios e demais córregos do rio Amambai com a implantação da
758 mencionada barragem. muito menos qual o prejuízo econômico com a mortandade de peixes
759 que, segundo o próprio EIA, possuem grande valor econômico. No EIA da PCH Foz do Saiju,
760 na página 65 do volume 1 afirma-se que a PCH Foz do Saiju representa alternativa
761 tecnológica mais atraente do ponto de vista ambiental para o incremento da geração de
762 energia elétrica. Levando-se em consideração o seguinte: a existência do potencial de geração
763 de energia hidrelétrica, de acordo com o empreendimento em tela, a inexistência de matéria
764 prima disponível para a instalação do empreendimento termoelétrico e biomassa na região, e
765 a inexistência de informações locais acerca do potencial de geração de energia eólica na
766 região, é inaceitável que o EIA apresentado não tenha realizado ou desconheça estudos sobre
767 o potencial de geração de energia eólica na região, e, sem a realização de qualquer estudo
768 científico sobre o tema, não há como afirmar que a PCH Foz do Saiju seja alternativa
769 tecnológica mais atraente do ponto de vista ambiental, sendo óbvio. Nesse aspecto, continuou,
770 para se ter uma compreensão mais pormenorizada sobre o assunto e mais ampla, é que seria
771 necessário a Avaliação Ambiental Integrada e Avaliação Ambiental Estratégica também. No
772 RIMA da PCH Foz do Saiju, no tópico 5.21, página 30, afirma-se que os impactos sobre a
773 fauna terrestre é permanente e inevitável, podendo ser mitigado com a implantação de
774 programas de monitoramento ambiental e resgate da fauna durante o enchimento do
775 reservatório e, nesse ponto, o RIMA não explica como seria realizado o resgate de animais,
776 indagando se todos seriam resgatados, quantos de cada espécie, quantos animais considerados
777 em extinção, quantos animais, para onde seriam levados. O Promotor informou que não há
778 estudos da existência de área livre de saturação, de população para onde tais animais



779 pudessem ser levados. Desse modo, continuou, tais animais podem causar uma pressão
780 populacional em outras áreas, entrando em competição por alimento e abrigo com os animais
781 da área receptora. No RIMA da PCH Foz do Saiju, no tópico 6.1.4, página 58, afirma-se que a
782 movimentação de veículos, utilização de equipamentos, escavação e terraplanagem e as
783 diversas máquinas empregadas nas obras como serras, britadeiras e bate estacas, podem
784 produzir ruídos com uma intensidade sonora de 90 decibéis, medido a 7 metros de distância.
785 Ora, ressaltou, o RIMA em questão não traz nenhum estudo científico sobre os danos que
786 serão causados aos animais em relação ao nível de ruído e vibrações dos maquinários
787 empregados durante a obra da PCH Foz do Saiju, limitando-se a dizer que os trabalhadores
788 serão orientados quanto à presença da fauna afugentada e resgate de possíveis animais
789 atropelados. Em razão disso, não há nenhuma prevenção ou mitigação em relação ao
790 respectivo dano ambiental considerado como certo. No RIMA da PCH Foz do Saiju, no
791 tópico 6.2.2, página 63 e 64, afirma-se que várias intervenções necessárias na construção do
792 empreendimento demandarão supressão de vegetação, mas o RIMA não esclarece muito bem
793 qual a porcentagem da Área de Preservação Permanente e de reserva legal, será suprimida,
794 qual a porcentagem que será recuperada, qual o tempo que levará para a recuperação total da
795 vegetação suprimida. A seguir, lembrou que o Senhor Geraldo quis argumentar que aquele
796 dado, um determinado dado apresentado, se não me engano pela empresa Fibracon, estava
797 errado porque a sua propriedade tinha mais mata do que o apresentado, mais terras e isso tem
798 que ser registrado, para ser estudado e é por isso que existe a Audiência Pública, para tudo o
799 que for discutido na Audiência seja registrado.. No RIMA da PCH Foz do Saiju, continuou,
800 afirma-se que durante a construção, páginas 66 e 67, durante a construção de uma PCH,
801 vários eventos podem ter repercussão na qualidade da água, a jusante da área construtiva e,
802 conseqüentemente, na biota aquática e gerados resíduos sólidos e líquidos que podem ser
803 levados diretamente para o rio Amambai, por meio de escoamento superficial, ou infiltrarem
804 no solo do sítio das obras e do acampamento. Muitos desses impactos podem ser minimizados
805 com a devida orientação quanto ao destino adequado dos resíduos produzidos da obra além de
806 ações de educação ambiental. Isso é o que diz o RIMA, afirmou o Promotor. Agora, no
807 entanto, continuou, o RIMA não esclarece que os resíduos sólidos e líquidos que serão
808 despejados no rio Amambai tornarão a qualidade da água imprópria para o abastecimento
809 urbano, imprópria para o abastecimento rural e a dessedentação de animal. Muito menos
810 esclarece que tais resíduos poderão causar a mortandade de peixes e seus impactos nos demais
811 afluentes do rio Amambaí. Ademais, continuou, caso haja alguma contaminação da água, não
812 há esclarecimento de qualquer medida para a rápida comunicação do fato a comunidade que
813 faz uso da referida água, muito menos medidas para recuperação da mencionada poluição.
814 Portanto, enfatizou, o Ministério Público Estadual recomenda maiores esclarecimentos sobre
815 o EIA/RIMA da PCH Foz do Saiju, mesmo sem uma análise completa, pois não teve tempo
816 hábil, juntamente com a população, para um estudo mais pormenorizado. Por último,
817 solicitou ao Doutor Pedro autorização para anexar em sua petição um diagnóstico ambiental
818 do rio Amambaí, realizado pelo Ministério Público Estadual, informando que não se deve ter
819 conhecimento disso, mas que estava na Audiência Pública para dar esse conhecimento a



820 todos. Enfatizou que o EIA/RIMA da PCH Foz do Saiju não contemplou o diagnóstico
821 ambiental do rio Amambai, realizado pelo corpo técnico do Ministério Público Estadual, cujo
822 documento está anexado a sua petição. Informou que todas as propriedades rurais atingidas
823 pelo mencionado empreendimento poluidor fazem parte de um cronograma para recuperação
824 da Área de Preservação Permanente e de Área de Reserva Legal, bem como dos solos, sendo
825 que alguns proprietários rurais já firmaram Termo de Ajustamento de Conduta/TAC, com o
826 Ministério Público Estadual para recuperação das áreas especialmente protegidas e outros já
827 respondem a Ações Cíveis Públicas para cumprir a mencionada obrigação de recuperar o meio
828 ambiente. Em razão disso, continuou, o Ministério Público Estadual, recomenda a realização
829 de estudos dos impactos gerados com a instalação da PCH Foz do Saiju, sobre as obrigações
830 de recuperação do meio ambiente geradas pelo diagnóstico ambiental do rio Amambai,
831 inclusive os impactos financeiros daqueles proprietários rurais que já estão cumprindo com as
832 mencionadas obrigações, além dos custos gerados para a realização do mencionado
833 diagnóstico ambiental em prol do meio ambiente. Através do Dr. Pedro, o Promotor
834 protocolou a sua petição, esclarecendo que não é preciso responder a todas essas questões,
835 que são longas, na presente Audiência Pública, até porque está dando um prazo de 15 dias
836 para obter a resposta. O Promotor agradeceu a todos, enfatizando que podem contar com o
837 Ministério Público, que está de portas abertas para a população de Caarapó e, juntos, com
838 mais pormenores e uma nova Audiência Pública, discutirão melhor qual será a solução para a
839 cidade e para o meio ambiente. E, continuou, vamos pedir juntos os dois estudos ambientais,
840 a Avaliação Ambiental Integrada e Avaliação Ambiental Estratégica, para saber se as PCHs
841 que serão instaladas no rio Amambai não causarão graves danos ambientais e sociais,
842 deixando um passivo muito grande para a cidade de Caarapó. Com essas palavras, finalizou a
843 sua apresentação, agradecendo a atenção de todos. Com a palavra, o mestre de cerimônia
844 anunciou um intervalo de 15 minutos, lembrando que o horário de retorno deverá ser
845 rigorosamente respeitado para não comprometer os debates que ocorrerão na sequência.
846 Informou que, a partir daquele momento, as recepcionistas estarão recolhendo as fichas de
847 perguntas, as quais deverão ser preenchidas de forma bem legível, preferencialmente em
848 letras de forma e, após assinadas, encaminhadas à mesa diretora. Após o intervalo foram
849 retomadas as atividades da Audiência Pública. Com os debates. O mestre de cerimônia
850 convidou para presidir a mesa diretora dos debates o Sr. Pedro Mendes Neto - Assessor
851 Jurídico da Diretoria de Desenvolvimento do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do
852 Sul – IMASUL; Senhora Auristela dos Santos, Arte Educadora do IMASUL; Senhor Antônio
853 Augusto Torres de Bastos Filho, Presidente da Omega Energia Renovável S.A.; Senhorita
854 Karen Cardoso, Engenheira de Desenvolvimento da Omega Energia Renovável S.A., Senhor
855 José Milton Longo, Diretor Técnico da Fibracon – Empresa responsável pelos estudos
856 ambientais; Senhor José Carlos Chaves dos Santos, Diretor Técnico da Fibracon – Empresa
857 responsável pelos estudos ambientais. Formada a mesa, foi dada a palavra ao Senhor Pedro
858 Mendes Neto, presidente da mesa diretora dos debates da Audiência Pública, para fazer a
859 leitura das suas regras. Inicialmente, ele explicou que, como já havia falado, no decorrer dos
860 debates será adotado o seguinte procedimento: identificará a presença do autor da pergunta no



861 plenário, efetuará a leitura da pergunta e a quem ela é dirigida e passará para que ela seja
862 respondida num período de 3 minutos; havendo necessidade de uma réplica, de uma
863 pontuação por parte do autor da pergunta, essa réplica será feita ao microfone postado a
864 frente da mesa, de forma que todas as falas possam ser transcritas na ata da presente reunião.
865 Feita a intervenção, ele gostaria que fosse aguardado o período estipulado, em torno de 1
866 minuto e meio. Enfatizou que, normalmente, sede um pouco mais e que a colocação dos
867 tempos é uma forma de permitir que todas as perguntas tenham a resposta e o debate não se
868 estenda por muito tempo com um único assunto. Nesse sentido, continuou, feita a intervenção
869 do autor da pergunta restitui a palavra a quem havia feito a resposta para complementação e,
870 se for somente um comentário, uma crítica ou uma sugestão, ela estará, obviamente,
871 consignada na ata, sem haver necessidade dessa nova intervenção da mesa, e passa para as
872 perguntas subsequentes. Informou que outra mecânica que é utilizada nos debates,
873 principalmente quando envolve os temas mais polêmicos, é separar as perguntas, mais ou
874 menos por grupo de assunto, isso facilita porque aquele assunto esgota-se com as perguntas
875 que a plenária indica passando para um assunto subsequente, similar ou não. Então,
876 continuou, o trabalho que a colega Auristela, no momento de secretariar a reunião, executa
877 fazendo a junção por temas desse número de questões que chega à mesa. Feitas essas
878 considerações, fez um breve comentário achando que é importante do ponto de vista do órgão
879 ambiental. Muito se falou sobre os prazos, ou não cumprimento de prazos na convocação da
880 Audiência Pública.. Do ponto de vista jurídico, pode não ser por outro ponto de vista, mas do
881 ponto de vista jurídico, continuou, o Instituto de Meio Ambiente e a Secretaria atenderam
882 todos os prazos normatizados. Informou que o RIMA, o empreendimento, foi protocolado e,
883 antes de ser protocolado, há a obrigação de se publicar em jornal de circulação local e no
884 Diário Oficial, que fez a solicitação de licença ao órgão ambiental, e que essa licença foi
885 condicionada à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental. Explicou que é uma
886 condicionante que existe nas resoluções de licenciamento do Estado e na resolução
887 CONAMA 237. Uma vez protocolado continuou, o estado disponibiliza o Relatório de
888 Impacto Ambiental em seu site da internet e publica, novamente, um outro edital, tornando
889 público a disposição desse Relatório de Impacto Ambiental. Senhor Pedro esclareceu que este
890 procedimento também foi cumprido e que, também, cumpre uma determinação de resolução
891 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, para que assim seja o procedimento. Informou que,
892 quando se pretende marcar a Audiência, novamente o estado vai ao Diário Oficial, também
893 previsto em resolução do Conselho Nacional, publica novamente, com prazo mínimo exigido
894 na resolução CONAMA, de 5 dias úteis, a convocação da Audiência Pública. Então, reiterou,
895 se por outra ótica, por outro ponto de vista, esses prazos não atendem as necessidades da
896 comunidade, é uma questão a ser discutida paralelamente, mas os prazos legais foram todos
897 obedecidos pela Secretaria senão, de pronto, haveria a possibilidade do Ministério Público
898 indeferir a realização da Audiência, da forma como ela foi proposta e está sendo realizada.
899 Então, continuou, todos os pleitos do Ministério Público serão levados, mas a questão de
900 procedimentos e de cumprimentos dos prazos legais, é sua obrigação assinalar à comunidade
901 de Caarapó que esses todos foram objetivamente cumpridos pela Secretaria e pelo Instituto.



902 Feitos esses esclarecimentos, deu início ao debate. 1ª pergunta, do Senhor Manoel Batista,
903 Vereador Presidente da Câmara municipal, direcionada ao empreendedor: A área de 0,34%
904 que a PCH ocupará no município de Caarapó refere-se ao processo de implantação ou no
905 término do projeto? Resposta do empreendedor, Senhor Antonio Augusto Torres de Bastos:
906 “É a área bruta utilizada no pico do empreendimento. Então, no máximo, vai ser 0,34%, então
907 é com base nesse número, então a gente pegou a área que nós temos no nosso EIA/RIMA
908 projetado pra propriedades que nós vamos utilizar, e dividimos isso pela área total do
909 município. E daí dá o 0,34”. Não satisfeito com a resposta, Senhor Manoel Batista
910 manifestou-se ao microfone: “Isso, 0,34 refere-se a quantos hectares?” Resposta do
911 empreendedor: “Posso pegar no meu computador ali, mas pelo que eu lembro o município
912 tem 2.078 km², não é isso? E nós estamos falando de 108 hectares, não é isso? O município,
913 290. Não, mas o lago está incluído. Lógico que tá, está. Do município 385 hectares. Posso
914 pegar meu computador um segundinho, eu tenho os números, certinho.” Nesse momento,
915 Senhor Pedro esclareceu que é uma delonga da resposta, mas útil ao esclarecimento da
916 pergunta. Novamente, o empreendedor: “O seguinte, segundo o site do município, o
917 município tem 2.089.7 km². Certo? Estamos falando de 200 mil hectares mais ou menos. E no
918 município de Caarapó, são 705 hectares. Se eu dividir 705 por 200 mil dá 0,34, 705 incluem
919 toda a área do reservatório, área de rio e área de utilização das estruturas.” 2ª pergunta, do
920 Senhor Luiz de Almeida Miranda – Macarrão, direcionada ao empreendedor: Com a
921 instalação da PCH Foz do Saijú no município de Caarapó haverá redução na tarifa de energia
922 elétrica cobrada atualmente? Resposta do empreendedor: “Sim, mas obviamente, você tem
923 que ponderar isso, pelo preço, pelo volume de energia que se tem fora dessas unidades. Então,
924 quando você tem um empreendimento que na margem custa menos, em termos de preço de
925 tarifa de energia, você regula o preço médio pra baixo. Só que você precisa de mais volume,
926 isso aí é uma contribuição de 20 megawatts num universo de dezenas de milhares de
927 megawatts de capacidade no Brasil. Mas a resposta é sim.” Senhor Luiz de Almeida
928 manifestou-se ao microfone: “Só pra complementar, ontem eu estive na Audiência em Laguna
929 Carapã e essa pergunta foi feita lá, e vocês disseram que não vai ter nada, que não vai abaixar
930 a energia que vai consumir. Ontem, na Audiência lá em Laguna Carapã, você nos disse que a
931 energia não ia abaixar. Por isso eu fiz essa pergunta, se Caarapó vai ter essa baixa”. Resposta
932 do empreendedor: “Quem que disse isso?” Resposta do Senhor Luiz de Almeida: “Você, o
933 empreendedor.” Resposta do empreendedor: “Que o preço de energia não ia baixar?”
934 Resposta do Senhor Luiz: “Isso.” Empreendedor: “Desculpe, mas então vocês entenderam
935 errado, peço desculpas de novo. O sistema elétrico brasileiro produz 100 mil, tem mais de 120
936 mil megawatts de capacidade instalada, o que é uma carga de 70 mil, 80 mil megawatts ano,
937 médios. Você, quando produz 20 megawatts adicionais a um preço médio mais baixo, o preço
938 ponderado da energia cai. Só que cai marginalmente, porque tem um volume de energia
939 contratado muito maior. Então, você tem uma redução em função daquele empreendimento
940 ter um preço abaixo da média do que se está adicionando de capacidade no sistema. É isso.”
941 Resposta do Senhor Luiz de Almeida: “Tá bom.” Novamente, o empreendedor: “Inclusive, se
942 o Senhor quiser podemos mandar estudos pro Senhor de preço, de tarifa, etc, com a maior



943 tranquilidade pra explicar como é que funciona o sistema de precificação de energia elétrica
944 no Brasil.” 3ª pergunta, do Senhor Geraldo Souza Carvalho Júnior, Agropecuarista – Fazenda
945 São Lourenço, direcionada ao empreendedor. Senhor Pedro Mendes informou que é uma
946 sequência de perguntas com um norte só: Quem são os proprietários da empresa que está
947 construindo a usina? Qual o capital social e seu patrimônio líquido? Esta empresa já possui
948 outras PCHs? Se já possui, onde ficam? Gostaríamos de ter acesso ao portfólio desta nova
949 empresa, Sigma, para que possamos conhecer seus acionistas, diretores, etc. Resposta do
950 empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Os nossos acionistas são públicos, nós temos
951 auditados, inclusive nós estamos agora em um processo de abertura de capital no Bovespa,
952 então todas as nossas informações são públicas e auditadas. O maior acionista da nossa
953 empresa é a Tarpon Investimentos e os veículos de investimento dela. Então a primeira
954 pergunta era essa, qual a segunda?” Interferência não audível, fora do microfone, feita pelo
955 Senhor Geraldo. Resposta do empreendedor: “São os mesmos acionistas. A Sigma é uma
956 companhia de desenvolvimento hidráulico, que trabalha só com o desenvolvimento de PCHs,
957 mas os acionistas são os mesmos. Todas as empresas, são nossas, a gente tem empresas de
958 eólica, empresas de biomassa e assim por diante. Então, a Sigma é dedicada a
959 desenvolvimento de PCHs. Mas os sócios são os mesmos. Capital social” Interferência não
960 audível, fora do microfone, feita pelo Senhor Geraldo. Resposta do empreendedor: “Sem
961 dúvida. É, a Tarpon tem sob gestão quase R\$ 10 bilhões de reais.” Interferência não audível,
962 fora do microfone, feita pelo Senhor Geraldo. Resposta do empreendedor: “Eu vou chegar lá.
963 Isso, eu vou chegar lá. Sim, sim. A Tarpon tem, sob gestão, próximo de R\$ 10 bilhões de
964 reais, ela como controladora faz investimentos. Eu vou explicar pro Senhor. Faz
965 investimentos conforme a maturação dos projetos se dá. Então, hoje a gente já investiu, já foi
966 investido na companhia por volta de R\$ 500, R\$ 600 milhões de reais e, conforme você vai
967 desenvolvendo os projetos, vai fazendo novos investimentos, como é natural no setor de
968 infraestrutura.” Interferência não audível, fora do microfone, feita pelo Senhor Geraldo.
969 Resposta do empreendedor: “Ela não é uma empresa nova, é só um veículo de investimento
970 pra desenvolver os projetos, mas os recursos dela vêm da onde eu estou falando pro Senhor.
971 Então, quando os projetos estiverem em momento de implantação, os investimentos são feitos
972 lá. A empresa já existe, são muitas empresas que nós temos, mas deve ser..” Nesse momento,
973 o mediador, Senhor Pedro, explicou ao Senhor Geraldo que a complementação das suas
974 perguntas talvez responda a sua pergunta principal. É, possui outras PCHs? Onde? Resposta
975 do empreendedor: “Sim, possuímos outras PCHs. Nós temos, somos sócios da Semig, da PCH
976 Pipoca, no município de Ipanema em Minas Gerais, temos 51% dela; nós temos duas PCHs,
977 conforme eu já disse na apresentação, aqui, no Mato Grosso do Sul no município de...”
978 Interferência do Senhor Geraldo, não audível, fora do microfone. Resposta do empreendedor:
979 “Isso. Exatamente. De novo. Eu vou explicar de novo pro Senhor, só pra deixar claro. Nós
980 temos veículos de investimentos que são geridos pelas mesmas pessoas, que são controlados
981 pelos mesmos acionistas. A Semig, por exemplo, tem diversas empresas, tem empresa que
982 investe na Taesa, tem empresa que investe na Semig Geração, tem empresa que investe na
983 Semig Transmissão e assim por diante. A Sigma é um veículo de investimento para investir



984 em futuros projetos, mas os sócios são os mesmos, os gestores são os mesmos, eu sou
985 presidente das duas. Então, o dinheiro virá dos acionistas atuais e o maior deles é a Tarpon
986 Investimentos, que é um fundo que tem R\$ 10 bilhões de reais sob gestão. Agora, não tem o
987 que fazer com o dinheiro lá porque não tem investimento a fazer. Nós estamos aqui ainda
988 discutindo a viabilidade dos projetos.” Interferência do Senhor Geraldo, não audível, fora do
989 microfone. Resposta do empreendedor: “Estamos procurando formas de ganhar dinheiro, de
990 desenvolver a infraestrutura no Brasil, de gerar energia e assim por diante, assim como o
991 Senhor também deve fazer na sua atividade.” Interferência do Senhor Geraldo, não audível,
992 fora do microfone. O mediador, Senhor Pedro, repetiu outros tópicos da pergunta do Senhor
993 Geraldo: Portfólio da empresa. Acessível. O portfólio da empresa é acessível ao público?
994 Onde conseguir esses dados? Resposta do empreendedor: “O portfólio da empresa de
995 desenvolvimento, a Sigma, não, porque é uma informação estratégica. Nós competimos por
996 projetos com diversas outras empresas, então isso é uma informação que a gente não divulga e
997 nem temos obrigação de divulgar.” O Senhor Geraldo manifestou-se ao microfone: “Bom,
998 primeiramente você me desculpe se às vezes a gente fica meio agressivo, porque é muito
999 difícil na nossa situação que somos, estamos sendo admoestados né, porque é mais fácil quem
1000 chega e fala que vai construir, que vai tomar uma terra ou comprar que seja né, comprar, é
1001 mais fácil, então gostaria que você colocasse nossa situação, eu e outros proprietários aqui,
1002 porque é difícil a gente participar assim, de uma situação dessa, em que chega alguém de
1003 Minas Gerais e fala que a energia é mais barata, que é a maneira mais barata, mas sempre as
1004 nossas custas que é mais barata. É mais barata, mas as nossas custas, qual é o custo dessa
1005 energia para o meio ambiente, para as propriedades? Por exemplo, só nessa propriedade que
1006 vocês estão falando, que vai dar mais de 1.000 hectares, eu cálculo que haja uma produção
1007 anual de mais de 50 mil sacas de milho, de soja, quase 100 mil sacas ou mais de milho
1008 safrinha, e vocês imaginem isso todos os anos sendo produzidos né,? Então, eu já
1009 complemento a pergunta: será que desses cálculos de ressarcimento das nossas terras vão ser
1010 levados em consideração a alta fertilidade das nossas terras, que eu discordo do Senhor que
1011 diz que as nossas terras são de cerrado. Você falou que tem Pequi, nunca foi encontrado pequi
1012 nas nossas terras porque elas são de mata atlântica, não é cerrado. Então, são terras de alta
1013 fertilidade, onde se produz muito, quantos empregos deixarão de ser, de acontecer em dezenas
1014 de anos que poderiam tá acontecendo. Então, eu perguntei da empresa pelo seguinte:
1015 recentemente, nós tivemos aqui uma empresa também que veio pra fazer biodiesel né, que era
1016 uma empresa que fazia biodiesel, veio, tudo beleza né, aí deu um calote aqui nos produtores
1017 rurais que entregaram soja lá e ela, simplesmente, pegou o dinheiro dos investidores, do
1018 BNDES e desapareceu, deixou aqui na nossa estrada aqui uma sucata. Por isso, que eu faço a
1019 pergunta porque, várias vezes, eu escutei você falando, eu vou te chamar, desculpe, de você,
1020 que você é mais jovem né, pode ser meu filho. Então, eu escuto você, “Eu sou o presidente da
1021 Omega”, várias vezes, e a gente tem visto sempre a Sigma que está sendo colocada né, por
1022 isso que a nossa preocupação, sem querer levantar um falso testemunho, uma falsa suposição,
1023 sem querer chegar a esse ponto, mas a gente se preocupa, realmente, se essa empresa que
1024 mudou de nome, que antes era Omega, quando começaram a fazer o projeto era Omega, até



1025 eu recebi um portfólio da Omega, depois se transformou em Sigma, eu me preocupo se,
1026 amanhã, não vai se transformar em Beta, ou Alfa ou qualquer letra do alfabeto grego.”
1027 Resposta do empreendedor: “Acho que o senhor já falou o bastante, deixa eu...” Resposta do
1028 Senhor Geraldo: “Não, eu não falei bastante, quem falou bastante foi o Senhor. Fez uma
1029 explanação de...” Resposta do empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Eu estou recebendo
1030 várias acusações.” Resposta do Senhor Geraldo: “Não, eu não fiz acusação, não fiz, eu não
1031 quero ser leviano.”. Empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Me permita responder
1032 respeitosamente, o Senhor está falando..” Senhor Pedro Mendes: “Senhor Geraldo, eu estou
1033 cortando porque eu pedi que o senhor tivesse presteza e o senhor continua no discurso, seu
1034 Geraldo.” Senhor Geraldo: “Não eu só falei que eu não estou sendo. Eu falei bem claro.”
1035 Senhor Pedro Mendes: “Ele falou muito porque ele está respondendo a sua pergunta, seu
1036 Geraldo.” Senhor Geraldo: “Eu só fui dizer o que eu gostaria de saber.” Senhor Pedro
1037 Mendes: “Promotor, o senhor poderia intervir, pelo menos pra que a coisa acontecesse?.”
1038 Empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Eu vou repetir novamente, inclusive, primeiro de
1039 tudo, o Senhor indicou, mas não tem problema, mas vamos lá, vamos começar do zero. O
1040 Senhor está convidado para me visitar, inclusive nós tentamos falar com o Senhor já há
1041 muitos meses. Só pra registro, eu acho importante, todos os proprietários que têm alguma
1042 relação com esses projetos foram contatados, visitados etc, e, infelizmente, o Senhor não nos
1043 recebeu, em nenhum momento. Então, só pra registrar, porque senão, parece que nós estamos
1044 aqui chegando hoje etc, nós estamos fazendo estes estudos há alguns anos, tentamos contatar,
1045 repetidas vezes, ele e ele não abriu as portas, o que é compreensível, o que é compreensível.
1046 Nós estamos aqui em conjunto agora, sem problema algum. Nós não temos problema nenhum
1047 em debater em grupo e individualmente. Em relação às empresas, o Senhor está convidado a
1048 visitar a nossa empresa quando for mais conveniente. Eu volto a repetir, eu sou sócio da
1049 Tarpon Investimentos que é uma gestora de investimentos das mais respeitadas do Brasil, que
1050 tem R\$ 10 bilhões de reais sob gestão, nós somos o maior acionista da BR Foods, que é a
1051 Sadia e a Perdigão juntas, o Senhor deve conhecer. O Senhor está na divisa deve conhecer.
1052 Nós somos o segundo maior acionista da Gerdau, que é a maior companhia de aço do Brasil.
1053 Então, essas alegações, o Senhor pode ligar pra bancos, pode contatar no mercado pra saber
1054 quem nós somos. Nós somos altamente responsáveis, altamente idôneos, então esse tipo de
1055 comentário e indicação.” Interferência do Senhor Geraldo, não audível, fora do microfone.
1056 Resposta do empreendedor: “Mas a gente tentou falar com o Senhor algumas vezes e o
1057 Senhor não abriu as portas, não conseguimos ser recebidos pelo Senhor pra responder esse
1058 tipo de arguição. Agora, está convidado, receberemos o Senhor com as portas abertas,
1059 cafezinho quente, na nossa sede, pro Senhor conhecer melhor nosso grupo.” Interferência do
1060 Senhor Geraldo, não audível, fora do microfone. Resposta do empreendedor: “Isso é um
1061 questão de veículo, de investimento. Pois é. Perfeito. Perfeitamente.” Mediador, Senhor Pedro
1062 Mendes: 4ª pergunta, do Senhor Geraldo Souza Carvalho Júnior: O projeto será construído
1063 com recursos próprios ou com empréstimos do Governo? Resposta do empreendedor: “É uma
1064 combinação das duas coisas. Todos os nossos projetos, eu não terminei de falar dos projetos,
1065 o Senhor perguntou, o Senhor me interrompeu, mas terminando, nós temos dois projetos,



1066 então, um projeto em Minas Gerais, dois projetos no Mato Grosso do Sul, uma usina eólica, é
1067 uma das primeiras do Brasil, no Rio de Janeiro, chama Gargaú, e estamos indo pro sétimo
1068 parque eólico nosso no Piauí. Nos somos os maiores investidores do Piauí, hoje em dia. Em
1069 relação à origem dos recursos, a parcela do capital próprio são os fundos da Tarpon, que
1070 fazem o investimento e nós somos financiados pelo BNDES. Então, todos os nossos projetos,
1071 até hoje, tem financiamento do BNDES integral, nós temos uma relação muito profícua com o
1072 banco.” Interferência do Senhor Geraldo, não audível, fora do microfone. 5ª pergunta, de
1073 Danielly Silva Cunha, Funcionária Pública – Câmara Municipal, direcionada ao
1074 empreendedor: O município participará com contrapartida no investimento para instalação da
1075 PCH Foz do Saiju? Resposta do empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Não. O
1076 município, nesse caso, vai mais receber do que oferecer. Não tem nenhuma contrapartida. E
1077 nos programas ambientais tem contrapartida da empresa para o município que são definidas
1078 pelo órgão regulador, o Imasul.” 6ª pergunta, do Senhor Odorico Amaral Filho, Agricultor,
1079 direcionada ao empreendedor: “Um país com mais de 200 milhões de habitantes, o que
1080 significa essas PCHs para o Brasil? Resposta do empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “É,
1081 em energia a gente sempre tem que pensar na expansão marginal, versus o volume de energia
1082 que você tem já instalado. Você tem que acompanhar o crescimento do PIB, com oferta
1083 adicional de energia. Então, em relação à expansão marginal, 40 megawats ou 50 megawats, o
1084 que nós estamos falando aqui, é aproximadamente 2% da expansão anual. É isso.” 7ª
1085 pergunta, do Senhor Edio Kilian, produtor, direcionada ao empreendedor: As pontes atingidas
1086 pelas barragens nas propriedades serão refeitas pelo empreendedor? E as que dão acesso às
1087 barragens são para pouco peso. Serão feitas de concreto? Resposta do empreendedor, Senhor
1088 Antonio Augusto: “Confesso que eu não sei se há pontes, geralmente há. Quando há, a gente
1089 tem a obrigação de entregar uma ponte melhor depois das intervenções. Mas sim se houver
1090 pontes, não tenho essa informação agora, mas sem dúvida nenhuma, até porque, geralmente,
1091 muitos casos a ponte é necessária pra gente fazer a logística da implantação. Então, a gente
1092 melhora as vias, melhora a estrutura viária daquela região em que os empreendimentos são
1093 feitos.” 8ª pergunta, do Senhor João A. Damiano, Engenheiro Agrônomo – Sindicato Rural,
1094 direcionada ao empreendedor: Se foi consultada a população de Caarapó e os produtores
1095 rurais atingidos pelas barragens pela PCH, se querem ou não a usina? Resposta do
1096 empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Nos contatamos todos os proprietários envolvidos
1097 há algum tempo já. A gente vem tentando conversar com todos eles. Membro do Ministério
1098 Público nós contatamos há algum tempo, falamos com a Funai, ou seja, todos os agentes
1099 envolvidos no processo foram contatados antes e nós estamos hoje, aqui nesse primeiro passo
1100 de troca de informações e esclarecimentos. Então, a resposta é sim. É um processo que você
1101 vai fazendo de diversas formas diferentes, diretamente, em audiências, em relações diretas
1102 com os órgãos e assim por diante. “ Senhor João Damiano manifestou-se ao microfone: “Eu
1103 gostaria de ouvir a resposta do pessoal, se são favoráveis ou não a construção da usina.
1104 Pessoal de Caarapó, se são favoráveis que permaneçam como estão, se são contrários que
1105 levantem.” Senhor Antonio Augusto: “Acho que eles entenderam errado.” Novamente,
1106 Senhor João Damiano: “Contrários levantem. Obrigado.” Empreendedor, Senhor Antonio



1107 Augusto: “Tá um meio a meio aí. Oi, não, pois é, mas têm que ser respeitado, que fazem parte
1108 da comunidade.” 9ª pergunta, de Jair Souza Brito, Radialista, Motorista, Tratorista,
1109 Apontador, direcionada ao Consultor: Gostaria de provas concretas de que o nosso meio
1110 ambiente não será agredido. Quais os reais interesses da fomentação da iniciativa privada?
1111 Resposta do Senhor Milton Longo: “Olá, olha, no momento da instalação sempre tem
1112 impacto, eu listei todos os impactos possíveis que a equipe multidisciplinar detectou em
1113 campo, desde vibrações sonoras até retirada da vegetação para que o lago se restabeleça. Só
1114 que todas as medidas impactadas, todos os impactos, têm proposições de diminuir, de
1115 remediar esse impacto ou de cessá-lo por vez.” Senhor Pedro complementou a pergunta para o
1116 empreendedor, Senhor Antonio: A questão dos interesses no fomento da iniciativa privada pro
1117 empreendimento. Resposta do empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “É que eu não
1118 entendi a pergunta.” Mediador, Pedro Mendes: Quais os reais interesses no fomento da
1119 iniciativa privada pra fazer o empreendimento? Resposta do empreendedor, Senhor Antonio
1120 Augusto: “O nosso interesse é absolutamente grande, nós não estaríamos aqui e, há quase três
1121 anos, fazendo projetos, fazendo estudos e desenvolvendo esse projeto. Então, o interesse é
1122 grande, temos que respeitar aí os prazos e os elementos todos do processo de licenciamento.”.
1123 Manifestação do Senhor Jair de Souza, ao microfone: “Eu fiz a referente pergunta, quais os
1124 interesses, porque é a terceira Audiência Pública que eu participo representando os interesses
1125 da sociedade. Porque nós temos, há 12 quilômetros, uma indústria do ramo de exploração de
1126 cana, onde o que ocorre, não vou dizer que seja essa, mas elas vêm, pegam o dinheiro do
1127 BNDES e gastam-se aí R\$ 700 milhões e ligam pro Bill Gates e vendem por alguns bilhões, aí
1128 o senhor Bill Gates é proprietário de algumas dessas usinas no município de Naviraí. Então,
1129 por isso que eu coloquei essa pergunta, porque a gente fica meio assim. Quais são os
1130 interesses desse grupo? E o Senhor, me dá licença, mas o Senhor acabou de me surpreender,
1131 que eu fiquei um pouco decepcionado, porque agorinha o Senhor colocou, tem dinheiro do
1132 BNDES, não é? Se tem dinheiro do BNDES, tem dinheiro do povo. Porque qualquer cidadão
1133 que tem um CNPJ, ele pode adquirir dinheiro do BNDES.” Resposta do empreendedor,
1134 Senhor Antonio Augusto: “Eu não entendi sua decepção né, mas entendo.” Interferência do
1135 Senhor Jair, não audível, fora do microfone. Manifestação do empreendedor, Senhor Antonio
1136 Augusto: “Pois é, é que o BNDES é um banco de fomento. O BNDES é quem financia a
1137 infraestrutura no Brasil. De novo. Vamos explorar um pouco o assunto BNDES. Infelizmente,
1138 por uma série de razões econômicas, de planejamento, históricas, o Brasil não tem linha de
1139 financiamento de longo prazo. Os bancos privados, de quem eu não sou muito fã, não
1140 oferecem no Brasil linhas de longo prazo a baixo custo, por quê? Porque é muito mais
1141 vantajoso cobrar o crédito de curto prazo na financeira a 10% ao mês. Então, não existem,
1142 infelizmente, não existem linhas de longo prazo pra financiar infraestrutura no Brasil. Então,
1143 existem bancos multilaterais, não é só no Brasil que existe isso, vários lugares do mundo, na
1144 Dinamarca, nos Estados Unidos etc, Existem bancos multilaterais que fazem o papel em
1145 economias que ainda não têm financiamento de longo prazo privado, fazem o papel de
1146 financiamento de empreendimentos de longo prazo. Se você não tem o financiamento de
1147 longo prazo, é impossível viabilizar uma hidrelétrica, uma usina eólica, assim por diante,



1148 porque os investimentos são muito grandes no começo. Então, em função disso, o BNDES
1149 tem um papel no Brasil, até o dia em que os bancos privados decidirem financiar empresas e
1150 infraestrutura, que é bom pro Brasil. O BNDES faz esse papel e por isso que o BNDES é o
1151 financiador. De novo, o BNDES não é sócio da nossa empresa, é diferente de outras empresas
1152 que o BNDES é sócio. O BNDES não tem nenhuma relação societária conosco, o BNDES
1153 financia a gente dentro da linha do Finame e nós cumprimos com as nossas obrigações ao
1154 longo do tempo pra honrar esses financiamentos que são dados.” 10ª pergunta, do Senhor José
1155 Rodrigues dos Santos, Professor, direcionada ao empreendedor: Qual é o espaço pra cima e
1156 pra baixo, da instalação da usina? A empresa responsável fez a devida recuperação de mata
1157 ciliares com medidas mitigadoras e de compensação? Resposta do empreendedor, Senhor
1158 Antonio Augusto: “Não, a gente vai fazer a compensação quando o empreendimento for feito.
1159 Por enquanto, não tem nenhuma compensação porque não tem nenhum empreendimento.
1160 Quando ele for implantado, certamente a revegetação é um dos programas que o órgão vai
1161 exigir da gente.” Senhor José Rodrigues manifestou-se ao microfone: “Boa noite pra todos.
1162 Eu queria colocar essa pergunta por que eu sou contra, lógico que eu sou contra, mas eu fiquei
1163 sabendo, parece que vocês vão tentar instalar essa usina aí em 2017, então teria que levar até
1164 2020 pra vocês fazerem a devida recuperação ciliar do rio Amambai porque senão, senão vai
1165 ser outra catástrofe ambiental. Certo? Eu não sei por que, mas eu não tenho propriedade
1166 nenhuma, não tenho nada, mas eu luto pelo meio ambiente, planto uma árvore, derrubam dez,
1167 planto dez, derrubam cem. Mas isso aí eu sempre eu zelo, se for possível eu mando minha
1168 carta de repúdio pro Ministério, mando pro CONAMA porque é o nosso órgão federal
1169 principal, inclusive o Imasul também né, junto com o Sema, não sei. Ou já foi, ou não foi
1170 realizado essa licença ambiental ainda? Já foi deferida? Então, porque se foi deferida eu vou
1171 mandar e vou fazer uma propaganda pra que todos mandem uma carta de repúdio para o
1172 Ministério, pro CONAMA, para o SEMA e para o IMASUL. Porque é, que nem o próprio
1173 doutor falou aqui, o nosso Promotor, deveria ser feito a EIA por Caarapó, manda que nós
1174 façamos essa EIA, para, a partir daí, vocês fazerem RIMA. Porque esse negócio não tá
1175 fundamentado. Tá fundamentado no que essa RIMA? Obrigado.” 11ª pergunta, da Senhora
1176 Rosane Martins Carvalho, agropecuarista – Fazenda Tarumã, direcionada ao empreendedor:
1177 Como serão destruídas centenas de hectares de matas ciliares e reserva, quem ficará com o
1178 ônus de reflorestamento dessas reservas legais e APPs que forem destruídas? Se ficar por
1179 conta da empresa construtora, quem será penalizado se ela não cumprir as obrigações? Que
1180 garantia os proprietários e o meio ambiente terão se essa hidrelétrica for repassada a outra
1181 empresa ou até mesmo não for concluída? Como, infelizmente, temos visto em outros casos
1182 de obras que não chegam até o final por vários motivos. Resposta do empreendedor, Senhor
1183 Antonio Augusto: “Começando do fim. Todas as nossas obras foram iniciadas e concluídas
1184 dentro do prazo, dentro do custo e conforme nosso planejamento, isso é um orgulho que
1185 temos na nossa empresa e trabalho 20, 21 horas por dia pra garantir que vai continuar assim.
1186 Mas tem, provavelmente, dificuldades no caminho. Em relação às APPs, é obrigação da
1187 empresa integral, ou seja, no momento que você faz a compra das propriedades, a partir
1188 daquele momento, eu tenho uma obrigação com o órgão ambiental que tem uns programas lá



1189 de constituição de APP de uma série de revegetação etc,. Essa obrigação vem integral da
1190 usina, não tem nenhuma relação mais com o proprietário que fez a venda. Isso já, não só a lei
1191 assim estabelece como a gente já fez, várias vezes, dessa maneira e funciona muito bem. Em
1192 Cassilândia, por exemplo, nós estamos fazendo a revegetação ainda hoje, nós temos um plano
1193 de três anos após o início da operação pra terminar a revegetação de toda a APP.“ A Senhora
1194 Rosane Martins manifestou-se ao microfone: “Boa noite. E a questão das reservas legais,
1195 como é que ficam as reservas que forem destruídas pelo alagamento?” Resposta do
1196 empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Pois é, geralmente o órgão ambiental estabelece
1197 como nós temos que recompor a reserva legal. Então, às vezes, é na própria propriedade, as
1198 vezes,em outro lugar, ou seja, tem todo um processo que os técnicos do órgão ambiental
1199 estabelecem e como o empreendedor tem que fazer a recomposição da reserva legal original.”
1200 A Senhora Rosane Martins, novamente, manifestou-se ao microfone: “Eu digo isso né, na
1201 minha propriedade que veio do meu pai, nós temos o cuidado de ter uma reserva legal que é
1202 uma das últimas reservas legais do bioma mata atlântica né. Eu tenho orgulho de ter 160
1203 hectares de mata atlântica original, nunca derrubei uma árvore ali, então eu fico pensando
1204 nessas reservas de mata atlântica que vão ser derrubadas, quantos anos vai demorar pra se
1205 recomporem né. Se as que estão aqui na minha terra têm mais de, quantos anos 300, 400
1206 anos? Então, como é que vocês, com as empresas que vocês devem contratar pra poder formar
1207 novas reservas legais, como que vocês vão proceder? Porque não é fácil, a gente sabe que pra
1208 recompor com o bioma inclusive nas questões da mata ciliar, é muito complicado e complexo
1209 né. Eu não sou técnica, mas eu sei que isso demanda muitos anos, que não é fácil, quando
1210 você tira todas as árvores, você ir lá plantar, vai por um pé de ipê, vai por um pé de peroba,
1211 sem ela tá no bioma, quanto tempo vai demorar isso, porque vão morrer muitos pés, pra cada
1212 100 pés, talvez 10 sobrevivam. Então, a gente precisa ter uma garantia de que isso será feito e
1213 demora muito tempo, senão quem fica com o ônus se essa reserva não prosperar, se essas
1214 árvores não crescerem? É isso, obrigada”. Resposta do empreendedor, Senhor Antonio
1215 Augusto: “Nós seguimos, rigorosamente, a legislação, código florestal, todas as leis
1216 ambientais e todas as contrapartidas em relação a esse assunto e outros são estabelecidas pelo
1217 regulador competente, que no caso é o órgão licenciador do Mato Grosso do Sul.” 12ª
1218 pergunta, de Luiz de A. Miranda, Vereador, direcionada ao empreendedor: “O que será feita
1219 da mata alagada? Resposta do empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Depende do que for
1220 estabelecido pelo órgão ambiental, a gente faz os estudos técnicos de novo, nós fizemos agora
1221 o EIA, depois tem todo um processo pra fazer os projetos básicos ambientais que têm um
1222 detalhamento profundo sobre todos os programas e como você vai, efetivamente, implantá-
1223 los. Então, existe supressão, existe uma série de técnicas de novo, eu não conheço essa
1224 técnica, então eu não vou aqui ousar explicar pro Senhor, mas existem técnicas que são
1225 estabelecidas pela norma e pelo órgão ambiental que a gente vai seguir. É assim que se dá,
1226 não tenho condição de explicar a técnica específica nesse momento porque eu não tenho
1227 competência pra tal.” O Senhor Luiz Miranda manifestou-se ao microfone: “Só pra entender
1228 melhor, as outras usinas que vocês fizeram, qual foi a técnica que vocês fizeram? Essa
1229 madeira vocês retiraram da beira do rio, ou essa madeira foi pra dentro do rio, ou ficou de



1230 baixo da água da inundação? Resposta do empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Por
1231 exemplo, supressão e venda do material lenhoso pra terceiros. Pra empresas que, isso se torna
1232 uma madeira certificada né, porque como você tem ali, você faz a supressão e vende a
1233 madeira pra empresa de material lenhoso.” Manifestação do Senhor Luiz de Miranda: “Corre
1234 o risco da Imasul liberar essa madeira pra que seja explorada, pra que seja feita essa... a usina
1235 hidrelétrica?” O consultor, Senhor José Milton Longo, complementou a resposta do
1236 empreendedor: “Só complementando, quando o Imasul autoriza a supressão vegetal você é
1237 obrigado a fazer a volumetria e dar destinação a essa madeira. Aproveitamento do material
1238 lenhoso, assim é chamado o termo.” 13ª pergunta, do Senhor Cido Santos, Vereador. Como
1239 ele não estava mais presente no plenário, Senhor Pedro explicou que a pergunta é
1240 considerada prejudicada, não será respondida, mas fará parte do processo de licenciamento do
1241 empreendimento, será conhecida dos técnicos do Imasul e, havendo interesse específico no
1242 que é questionado, vai ser levado ao conhecimento e questionado aos empreendedores ou à
1243 equipe de estudo ambiental.. 14ª pergunta, do Senhor Manoel Batista de Souza, direcionada
1244 ao consultor: Os planos de trabalho para mitigação dos impactos ambientais conseguirão
1245 diminuir os danos causados na realização deste projeto? Quais são os danos permanentes?
1246 Resposta do consultor, José Milton Longo: “Bom, na verdade, quando a gente faz... vai
1247 elencar os impactos possíveis de ocorrerem, você sempre cerca a questão já tentando
1248 encontrar mecanismos pra diminuir ou pra remediar aquele impacto. Eles são classificados em
1249 permanentes, transitórios, temporários; tem impactos que duram mais tempo que outros,
1250 enfim, se fosse mais preciso talvez eu pudesse te responder melhor. Na verdade, a idéia é essa
1251 mesmo, que toda ação é pra mitigar os problemas causados pelo empreendimento. Os planos
1252 de trabalho, as ações desenvolvidas são justamente pra mitigar os impactos encontrados.”
1253 Senhor Manoel Batista manifestou-se ao microfone: “E os danos permanentes?” Resposta do
1254 Senhor José Milton Longo: “Danos permanentes eles são compensados de alguma forma, ou
1255 financeiramente ou, se é o caso de supressão de uma área de vegetação, ela pode ser
1256 consolidada em outro lugar. Sou obrigado a restaurar.” Novamente, manifestação do Senhor
1257 Manoel Batista: “No caso de peixes?” Resposta do Senhor José Milton Longo: “Segundo
1258 nossos levantamentos, o que é acordado ainda com o órgão ambiental, é entender como é que
1259 está a estrutura assim que... com monitoramentos, dentre as propostas de transposição, elencar
1260 as que possam ser mais efetivas pra aquele caso. Existem muitos mecanismos de transposição,
1261 escada é um deles, tem canais, tem elevadores, enfim, transposição manual, aí é a ser
1262 estudado o caso específico.” 15ª pergunta, do Senhor Gustavo Becker, direcionada ao
1263 empreendedor. A pergunta foi prejudicada pela ausência do autor. 16ª pergunta, do Senhor
1264 Cido Santos. Também foi prejudicada pela ausência do seu autor. 17ª pergunta, do Senhor
1265 Rodrigo Pereira de Oliveira, Engenheiro Agrônomo, direcionada ao empreendedor: Todos da
1266 nossa região sabemos que o rio Amambai é um santuário ecológico para várias espécies de
1267 peixes que sobem este rio para desova. Entre estes peixes podemos citar, principalmente, os
1268 dourados e piaparas, peixes esses que nem foram mencionados no estudo ambiental. Será
1269 construída uma escada para essas espécies subirem o rio para desova? Gostaríamos que
1270 ficasse registrado o que será feito para a proteção desses raros peixes, pois essa escada não foi



1271 mencionada no estudo ambiental. Senhor Pedro Mendes explicou ao Senhor Rodrigo, que,
1272 considerando que a questão é do estudo ambiental passaria para equipe de consultoria fazer a
1273 resposta. Mas o empreendedor, Senhor Antonio Augusto também manifestou-se: “Se quiser,
1274 eu faço uma breve resposta só pra atendê-lo e depois o consultor complementa. Nós fazemos
1275 questão absoluta de duas coisas, um, consistência técnica e dois, seguir a legislação de forma
1276 rigorosa. A nossa equipe, e nós ficamos bastante em cima deles, cobramos bastante. Essa
1277 dupla aqui da mesa, adotou todo o procedimento pra fazer o monitoramento de peixe que é o
1278 padrão de mercado, com as redes de arrasto e assim por diante, várias campanhas e tudo mais.
1279 Curiosamente, e acho que tem a ver com a temperatura, provavelmente, nos momentos que a
1280 gente fez as coletas o dourado não estava lá, mas a gente sabe que existe o dourado, então,
1281 com base nisso, na evolução dos estudos e do licenciamento ambiental, nós vamos encontrar a
1282 forma, se de fato for confirmado, vamos fazer mais campanhas etc, vamos encontrar a forma
1283 de lidar com isso, da forma mais efetiva possível. Mas eu queria só enfatizar assim,
1284 tecnicamente, as campanhas foram feitas, nós temos os dados, nós podemos compartilhar isso
1285 com os senhores, está no EIA/RIMA. E com base nisso, por enquanto, ainda não tem uma
1286 conclusão de como lidar com esse assunto.” Resposta do Senhor José Milton Longo:
1287 “Complementando, é o que eu havia dito na questão anterior. Demanda um bocado de estudos
1288 pra saber qual o melhor mecanismo, qual é o melhor sistema para efetivar essa transposição.”
1289 Manifestação do empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “E só por último assim, o Pedro
1290 não pode dizer isso, mas eu posso, e obviamente vocês entendam como quiser. Saibam que o
1291 órgão ambiental é extremamente rigoroso, ele tem técnicos muito competentes, que põem
1292 uma pressão na gente, um rigor enorme no processo de licenciamento.. Nós estamos ai, há
1293 anos, negociando, e vamos e mostramos estudos, discutimos etc,. Então, não achem que do
1294 dia pra noite nós fizemos um estudo e submetemos, não é isso. Tem uma tecnicidade, uma
1295 competência dos órgãos responsáveis, inclusive que a lei estabelece como responsáveis que
1296 estão absolutamente cientes e estão em cima desses assuntos todos.” A 18ª pergunta, do
1297 Senhor Luiz A. Miranda, Vereador, direcionada ao empreendedor, o assunto também era
1298 sobre escada para peixe: Vai ter escada para peixe subir na época da piracema? O mediador,
1299 Senhor Pedro Mendes, indagou ao Senhor Luiz Miranda se a sua pergunta já havia sido
1300 respondida. Ele manifestou-se ao microfone: “Ela está quase respondida. Eu fiz essa pergunta
1301 sobre a escada de peixe, sobre o que aconteceu ontem lá em Laguna Carapã. Porque, quando
1302 perguntou lá, que nós falamos sobre as espécies de peixe, nós falamos sobre a espécie de
1303 peixe do dourado que não tinha sido mencionado, era o rio que mais, que nós hoje é o rio, na
1304 nossa região o que mais produz é dourado. E o Senhor Antonio Augusto nos fez até uma
1305 ironia, quando nós falamos do dourado, que o dourado era por pesquisa, e fez um ironia que é
1306 tipo uma história de pescador. Que ele não acreditou que no nosso rio existe muito o dourado.
1307 E o dourado é um peixe que ele sobe e vai longo, é um peixe que sobe quilômetros e
1308 quilômetros pra desova, eu tenho um pen drive aqui com os peixes que a gente pega nessa
1309 região aqui, minha, de vários amigos que estão aqui. Eu só gostaria, se o Senhor puder por um
1310 pouquinho naquele telão pra mostrar pra eles que não é história de pescador, que existe
1311 realmente o dourado aqui na nossa região. E que não aconteça o que ele nos disse ontem que



1312 pra pegar dourado tem que ir lá pra Argentina, após a hidrelétrica. “ Explicação do mediador,
1313 Pedro Mendes: “Luis, como eu comentei contigo, nós podemos receber as imagens, colocar
1314 no processo, ou até o final da Audiência eu me comprometo contigo de usar o telão pra
1315 colocar, mas não no presente momento, a gente esgota as perguntas e a gente projeta ali pode
1316 ser?” Manifestação do empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Só fazer um registro, Luis,
1317 de verdade eu não preciso de imagem, acredito em vocês, de verdade, ou seja, infelizmente,
1318 volto a insistir, as campanhas que foram feitas não apontaram pra isso, mas a palavra de vocês
1319 todo é suficiente pra saber que tem, nós vamos ter que lidar com isso. Saiba disso.” Resposta
1320 do Senhor Luiz Miranda: “Mas não foi o que foi mostrado ontem...” Manifestação do
1321 empreendedor, Senhor Antonio Augusto: “Pois é, mas eu vou te explicar como é que
1322 funciona. Eu não sou engenheiro tá, então eu trabalho com muitos engenheiros e vou te
1323 mostrar como que funciona a cabeça de engenheiro. O técnico engenheiro ele é um cara que é
1324 louco pela informação técnica, pra aquele negócio, vai lá e faz a campanha dele, pega a rede e
1325 tal. Então, ele estava absolutamente convencido, porque ele fez todo o procedimento que
1326 alguém ensinou pra ele a fazer, e não perguntou pra vocês o que vocês pescavam lá.
1327 Exatamente, mas, de novo, ele seguiu um procedimento técnico. Nós temos que saber
1328 desenvolver a capacidade de escuta. E lhe digo, eu não preciso de foto, todos estão dizendo
1329 isso, vamos estudar o assunto.” Manifestação do Senhor Luiz Miranda: “Sim, mas que façam
1330 um estudo bem profundo, se, vamos dizer que saia esta hidrelétrica, não sabemos se vai sair
1331 ou se não vai sair.” Resposta do empreendedor: “Lógico”. Manifestação do Senhor Luiz
1332 Miranda: “Hoje, eu não sei se essa Audiência Pública, a nossa manifestação, se ela tem uma
1333 autonomia de sim ou de não. Porque, a partir da hora que a Imasul, ela tomar uma decisão, e
1334 ela der uma regulamentação pra isso, nós ainda temos um poder de dizer não ou sim?” “Senhor
1335 Pedro Mendes: “Não, via administrativa não. Teria outros caminhos. Judicializar a questão,
1336 por exemplo.” Manifestação do Senhor Luiz Miranda: “Ta certo”. 19ª pergunta, do Senhor
1337 Roberto Nakaiama, Zootecnista, direcionada ao empreendedor.: Quantos empregos diretos
1338 serão gerados após o início das atividades da usina e quais as qualificações profissionais
1339 necessárias para o seu funcionamento? Resposta do empreendedor: “Quando tiver em
1340 operação? Por volta de 50 pessoas. Qualificações técnicas. Vou fazer um resumo breve, a
1341 gente tem operadores de usina, são técnicos formados pra conduzir a operação da usina e
1342 todas as manutenções preventivas e corretivas; temos o pessoal administrativo que toca o dia
1343 a dia da usina; temos pessoas de manutenção que fazem, efetivamente, toda a parte mecânica,
1344 hidráulica e de manutenção de barragens. Então, basicamente, são essas principais
1345 qualificações que são necessárias pra um empreendimento como esse.” 20ª pergunta, do
1346 Senhor: André Nezzi, Vereador – Câmara Municipal: Qual o número de empregos diretos que
1347 será gerado depois da conclusão da obra em Caarapó? E quais receitas devem gerar para o
1348 município? A resposta anterior já satisfaz o Vereador. 21ª pergunta, do Senhor Sílvio Gomes,
1349 Repórter – Site Alocarapo, direcionada ao empreendedor: A menos de 30 km do local onde
1350 pode ser instalada a PCH Foz do Saiju, temos uma aldeia pertencente ao município de Juti,
1351 etnia Guarani-Kaiwoá,(Aldeia Jarara) e que, basicamente, depende da pesca no rio Amambai.
1352 Qual seria o impacto em relação à caça e pesca para esses povos indígenas? Resposta do



1353 empreendedor, Senhor Antonio Augusto; “Só uma informação, essa aldeia ela é a jusante das
1354 usinas, estão depois das usinas, então não existe interferência na ictiofauna, na vida dos
1355 peixes. A barragem está acima no rio de onde estão as aldeias. Essa aldeia especificamente.
1356 Então, não tem alteração nenhuma na vida... Sem dúvida.” Interferência não audível, fora do
1357 microfone. 22ª pergunta, do Senhor Airton Carlos, professor, direcionada ao empreendedor:
1358 Solicitação de uma Avaliação Ambiental Integrada visto que através das apresentações
1359 disponíveis no local, as informações são insuficientes e não demonstram a realidade. Porque
1360 não se apresentou um resultado completo, uma vez que as áreas atingidas constam com um
1361 bioma muito maior? Senhor Pedro fez o seguinte esclarecimento ao Senhor Ailton: “O
1362 pedido de realização dessa avaliação ambiental já está em nossas mãos, foi realizado aqui pelo
1363 Promotor, creio que não há necessidade, inclusive, de discutir a questão aqui porque vai ser
1364 levada aos nossos superiores. Questão como bem disse o Promotor, de política de estado. E
1365 não compete a nós aqui a decisão sobre tal. Então, vou fazer o registro do seu
1366 questionamento, sem necessidade de discuti-lo.” Resposta do Senhor Airton Carlos. “Boa
1367 noite, se já está protocolada e vai ser realmente protocolada, tudo bem. Mas aí me surgem
1368 outras dúvidas também. Pelo que vocês presenciaram aqui, estão presenciando, todos somos
1369 usuários do rio Amambai né, de uma forma ou de outra, e se essa usina sair nós seremos mais
1370 usuários ainda, assim a gente acredita né, mas eu tive a oportunidade de ver um outro
1371 documento de vocês, no qual vocês não apresentaram hoje, acho que era um arquivo em pdf,
1372 que vocês apresentaram slide e o outro eu acho que estava salvo em pdf, eram dois arquivos
1373 que eu tive a oportunidade de ver e não foi apresentado aqui. Nesse outro relatório, ele trazia
1374 os impactos pro município. E lá eu consegui ver e também umas perguntas que foram feitas
1375 aqui sobre se nós seríamos beneficiados com a energia, inclusive, parece que você acabou de
1376 falar agora pouco que nós teríamos uma redução de preço, uma coisa assim, só que nesse
1377 documento mostra que, demonstrava pelo menos, que nós não seremos beneficiados com essa
1378 energia da usina, me parece que ela vai ser levada pra Minas Gerais, São Paulo, uma rede que
1379 não será distribuída no nosso município, nesse documento, eu tenho ele no meu email e, se for
1380 o caso, eu devolvo pra vocês pra ver a veracidade. Mas, na verdade, diz que nós não seremos
1381 beneficiados diretamente com essa redução de preço, não haverá nada disso, inclusive, os
1382 benefícios que nós teremos depois, que traz nesse documento, são muito pouco, os
1383 benefícios que nós teremos são poucos demais pelo grande empreendimento que querem
1384 fazer. E aí me surge uma dúvida, faz todo um trabalho no município, no nosso estado e a
1385 reversão desse ICMS da produção de energia, porque cada conta de energia a gente paga 17%
1386 do que a gente consome. 1/3 então,. Será que isso será revertido diretamente para o
1387 município, essa produção de 22 megawatts? Essa é uma produção que, se a gente levar ao
1388 cálculo, vai ser revertido para o nosso município? Enfim, naquele outro documento que eu
1389 olhei, é um documento muito importante que não foi apresentado pra gente, e ele assim, a
1390 gente que é leigo, praticamente leigo no assunto, ele demonstrava mais a realidade do que o
1391 estudo feito aqui. Então, é isso que eu vi naquele documento, que basicamente, que realmente
1392 ele era da região. E só pra finalizar, e na Foz do Saiju, como a gente é usuário do rio, a Foz do
1393 Saiju eu entendia que era próximo ao rio Saiju e me parece que está acima da ponte, do rio, da



1394 ponte da Tarumã, que tá 1.000 metros pra cima, sendo que seria a construção 1.000 metros
1395 pra baixo, nós temos uma mata do Saiju, até na ponte nós temos uma grande mata. E não resta
1396 dúvida que toda a parte ribeirinha, tem diversas espécies de árvores e animais os quais,
1397 também, não foram apresentados e o estudo ficou um pouco falho por isso, porque nossos
1398 moradores antigos, nós conhecemos o Ipê, a Peroba, o Cedro, a Canafístula, o Pau Óleo e
1399 outras espécies e não apresentou nenhuma dessas. E a gente é usuário, a gente não é pescador
1400 da região, não sou, sou apenas professor, mas eu vejo assim, faltou muita coisa pra que a
1401 gente pudesse argumentar e um tempo maior. Perguntas por escrito ficam legais, só que
1402 restringe, muitas vezes, o que a gente quer falar, por isso que, às vezes, o colega aqui
1403 precisava de um tempo maior. Mas é isso! “ Resposta do empreendedor, Senhor Antonio
1404 Augusto: “Acho que a gente já falou bastante sobre os pontos que ele levantou, sobre
1405 especificamente a energia, vou tentar explicar de novo aqui e entendo que não seja muito fácil
1406 compreender porque é uma questão regulatória importante que permeia isso. O Brasil, hoje,
1407 tem o SIN, que é o Sistema Interligado Nacional, ou seja, todos os lugares, tem algumas
1408 exceções na Amazônia etc,. Mas, do Centro Oeste pra baixo, incluindo muitos lugares no
1409 Nordeste, todas as usinas de geração estão interligadas por um sistema de transmissão e
1410 distribuição. Então, o que isso faz? Faz com que o sistema de energia no Brasil seja muito
1411 mais robusto, porque você pode abastecer de energia qualquer lugar que esteja interconectado.
1412 Então, em função disso, que é um benefício pro país, você não tem, do ponto de vista físico,
1413 uma entrega direta de energia que eu gerei aqui pra você que mora acolá. Mas do ponto de
1414 vista de energia sim, seu Geraldo, você em função de tensão, em função de uma série de
1415 elementos eletrotécnicos, o fato de você gerar na ponta, faz com que você supra melhor de
1416 energia aquela região em que você está mais próximo da geração. Então, como eu dei
1417 exemplo anteriormente, se você tem uma linha de Itaipu, que é um dos principais
1418 abastecedores de energia do Centro Oeste, por exemplo, do Sudeste principalmente, ela cai, e
1419 você tem uma usina local, aquela usina vai abastecer o local sem ficar sem energia que vem
1420 de um lugar mais distante. Então, do ponto de vista elétrico, tem vantagens importantes de
1421 você ter uma geração descentralizada, ou seja, local, isso no aspecto de energia, da relação
1422 física de energia. Tem um outro aspecto, que eu acho relevante, que é todo e qualquer
1423 contrato novo de energia que se faz, ele entra num “boom” de preços formados por
1424 consumidor. Então, todo e qualquer contrato novo que tem um preço abaixo da média da
1425 expansão, ele efetivamente abaixa a tarifa pra qualquer consumidor, residencial, como pode
1426 ser o caso do Senhor, industrial, e assim por diante.” 23ª pergunta, do Senhor Gino Vila
1427 Machado, Eco-produtor que, na realidade , é uma uma lista de itens, que ele entende que, em
1428 saindo a licença da usina, teriam que ser contemplados no licenciamento: eclusa, - Transpt
1429 hidroviário; escada para piracema (reprodução); 800 há compensação (reserva); tanque rede
1430 (sócio-econômico); segurança de água pra sociedade urbana e rural. Senhor Pedro esclareceu
1431 que são condicionantes que ele gostaria que fossem consideradas. Resposta do empreendedor,
1432 Senhor Antonio Augusto: “Em relação à eclusa, essa zona do rio não é navegável, ela já é na
1433 parcela de corredeira. Então, acho que não se aplicaria, não sei se os técnicos têm outra
1434 opinião. Sobre o restante, eu acho que está, de certa forma, estão incluídos nos programas que



1435 foram apresentados mais cedo, certamente vão ser considerados com profundidade.” Senhor
1436 Gino manifestou-se ao microfone: “É, eu gostaria de fazer a pergunta, se depois de construído
1437 este empreendimento as águas não é de propriedade dele? Nós produtores rurais não vamos
1438 ficar a mercê pra gente retirar água num período crítico de água? Se não vai fazer falta e a
1439 preferência não é da hidrelétrica, em função de deixar a sociedade urbana e nós agricultores
1440 que, possivelmente, nós vamos irrigar no futuro. E a eclusa é pro futuro também, se os
1441 estudos no futuro, o modal do transporte do país não vai exigir que a gente invista em
1442 hidrovias? Porque eu conheço o rio também e alguns trechos dele não são navegáveis, mas
1443 pra implantação das hidrelétricas vai alterar, vai subir o nível. Então seriam essas perguntas e,
1444 na verdade, isso aí é uma condicionante. Eu coloquei como condicionante, não sei se posso,
1445 mas da minha parte, muito obrigado.” Resposta do empreendedor, Senhor Antonio Augusto:
1446 “Em relação ao uso da água, os rios são do povo brasileiro, é a União que regula os seus usos.
1447 Então, água não é consumida no processo de geração de energia. Ela passa por uma turbina e
1448 sai do outro lado, não tem nenhuma perda, nenhum consumo de água nesse processo. Então,
1449 todas as captações acima da barragem e abaixo da barragem não sofrem qualquer alteração
1450 com a existência de uma hidrelétrica, zero.” Interferência, não audível, fora do microfone.
1451 Resposta do empreendedor: “Mas daí é uma questão do uso acima e do uso abaixo, não tem
1452 nada a ver com a hidrelétrica. Mas tudo bem, mas daí a ANA, que é a Agência Nacional de
1453 Águas, e a Agência de Águas do Estado, que agora já existe, ela que regula isso, nós não
1454 temos nenhuma interferência nisso. E mais do que isso, essa é uma usina que ela é a fio
1455 d’água, então, não tem acumulação, a água que vem de cima, ela vai pra baixo, não tem
1456 nenhum tipo de interferência no volume de vazão pra baixo.” 24ª pergunta, do Senhor Luiz de
1457 Almeida Miranda, Vereador, direcionada ao empreendedor: O pagamento da indenização aos
1458 produtores rurais será feito em qual momento, antes ou depois da iniciação do projeto?
1459 Resposta do empreendedor: “Antes, certamente, inclusive é condicionante que provavelmente
1460 o órgão ambiental vai estabelecer, na Licença de Instalação, que é daqui a mais duas fases pra
1461 frente. Ela estabelece, se você não tiver adquirido as terras e indenizado os proprietários, você
1462 não pode nem começar a obra. É uma obrigação legal nossa comprar as propriedades antes.
1463 Não só legal, do ponto de vista do órgão ambiental que também é, mas também a ANEEL não
1464 deixa você começar a fazer uma usina hidrelétrica, sem ser o proprietário das terras. Então,
1465 tem uma segurança jurídica total para os proprietários nesse aspecto.” 25ª pergunta, do Senhor
1466 Vaner Matos. A pergunta foi considerada prejudicada pela ausência do autor.. Não havendo
1467 outros questionamentos, o mediador, Senhor Pedro Mendes gostaria de agradecer a presença
1468 de todos, a participação, os questionamentos que foram úteis e vão ser úteis. Dirigindo-se ao
1469 Promotor, enfatizou que ele tenha a segurança de que todo o material vai ser entregue as mãos
1470 das pessoas responsáveis pela condução do processo, de forma que a busca pela segurança
1471 jurídica do empreendedor e da sociedade sempre vai permanecer bastante presente em todo e
1472 qualquer momento do licenciamento ambiental feito pelo Imasul. Agradeceu a equipe de
1473 Educação Ambiental que, como sempre, executou com zelo a mobilização, estando presentes
1474 na audiência, 125 pessoas. Agradeceu, também, a equipe do cerimonial que sempre atende
1475 com presteza e organização. Agradeceu a população de Caarapó, mais uma vez, por



1476 comparecer e participar, efetivamente, trazendo todas as suas angústias, seus
1477 questionamentos. Parabenizou o empreendedor pelas apresentações, com clareza na
1478 explicação, bem como a equipe de consultoria. Em nome do Secretário de Estado de Meio
1479 Ambiente declarou encerrada a Audiência Pública, desejando que cada um dos presentes
1480 possa retornar aos seus lares com a proteção de Deus. O responsável pelo cerimonial, Senhor
1481 Quintino, informou que Audiência Pública foi uma realização da SEMAC e do IMASUL e o
1482 cerimonial esteve sob a responsabilidade de América Comunicação e Eventos, agradecendo a
1483 presença de todos. Eu, Maria José Alves Martins, Educadora Ambiental da Unidade de
1484 Educação Ambiental do IMASUL, lavrei a presente ata que vai por mim assinada.